

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS**  
**Instituto de Ciências Humanas**  
**Departamento de Antropologia e Arqueologia**  
**Bacharelado em Antropologia**  
**Linha de Formação em Arqueologia**



**Trabalho de Conclusão de Curso**

**Espaços do trabalho doméstico em Pelotas: apontamentos da escravidão à contemporaneidade**

**Marta Bonow Rodrigues**

**Pelotas, 2018.**

Marta Bonow Rodrigues

Espaços do trabalho doméstico em Pelotas: apontamentos da escravidão à contemporaneidade

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharela em Antropologia com Linha de Formação em Arqueologia.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Louise Prado Alfonso

Pelotas, 2018.

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas  
Catalogação na Publicação

R696e Rodrigues, Marta Bonow

Espaços do trabalho doméstico em Pelotas: :  
apontamentos da escravidão à contemporaneidade / Marta  
Bonow Rodrigues ; Louise Prado Alfonso, orientadora. —  
Pelotas, 2018.

90 f. : il.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em  
Antropologia - Antropologia Social e Cultural ou  
Arqueologia) — Instituto de Ciências Humanas,  
Universidade Federal de Pelotas, 2018.

1. Trabalhadoras-domésticas. 2. Cultura-material. 3.  
Escravidão. 4. Interdisciplinaridade. 5. Arqueologia. I.  
Alfonso, Louise Prado, orient. II. Título.

CDD : 305.43

Elaborada por Kênia Moreira Bernini CRB: 10/920

Marta Bonow Rodrigues

Espaços do trabalho doméstico em Pelotas: apontamentos da escravidão à contemporaneidade

Trabalho de Conclusão de Curso APROVADO como requisito parcial, para obtenção do grau de Bacharel em Antropologia com linha de formação em Arqueologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas.

Data da defesa: 27 de julho de 2017.

Banca examinadora:

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Louise Prado Alfonso (Orientadora)  
Universidade Federal de Pelotas - UFPel

---

MSc. Letícia Nörnberg Maciel  
Universidade Federal de Pelotas - UFPel

---

Prof<sup>a</sup>. MSc. Carla Silva de Ávila  
Universidade Católica de Pelotas - UCPel

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Flávia Maria Silva Rieth  
Universidade Federal de Pelotas - UFPel

## **AGRADECIMENTO**

A todas e a todos que de alguma maneira estiveram nesses anos comigo e nesse processo, meu imenso agradecimento!

## RESUMO

Este trabalho de conclusão de curso tem como objetivo refletir sobre a cultura material presente no universo das trabalhadoras domésticas, desde o passado escravista até a atualidade. Com uma perspectiva interdisciplinar, porém centrada nos preceitos da Arqueologia, busco compreender como ocorrem as relações entre trabalhadoras e contratantes e como os reflexos do passado estão presentes na contemporaneidade. Para as análises dessas relações observei os espaços físicos, artefatos de usos pessoais e do trabalho, e mapas de trânsito dessas mulheres de suas moradias até os locais de seus empregos na tentativa de entender como esse mundo material se faz presente nas interações sociais.

**Palavras- chaves:** Trabalhadoras Domésticas – Cultura Material – Escravidão – Interdisciplinaridade – Arqueologia.

## **ABSTRACT**

This final paper aims to reflect about the material culture present in the domestic workers universe since the slavery past until present days. Through an interdisciplinary perspective although focused on archeology principle, I try to understand how the relationships between workers and employers happen and how reflects from the past are still present in contemporaneity. For the analyze of these relationships, I have observed physical spaces, artifacts either for work or from personal use, and transit maps of the path of these women from their homes to work in order to comprehend how the material universe is present in social relations.

**Keywords:** Domestic Workers - Material Culture – Slavery – Interdisciplinarity - Archeology.

## **GLOSSÁRIO**

**DIEESE** – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos

**GEEUR** – Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos do Departamento de Antropologia e Arqueologia da UFPel

**MUARAN** – Museu Arqueológico e Antropológico da UFPel

**PEA** – População Economicamente Ativa

**UFPEL** – Universidade Federal de Pelotas



## LISTA DE FIGURAS

<b>FIGURA 1</b> – 1ª Oficina no Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Pelotas – roda de conversa.....	16
<b>FIGURA 2</b> – 1ª Oficina no Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Pelotas – apresentação de dados de pesquisa de mestrado da autora.....	16
<b>FIGURA 3</b> – Exposição itinerante – Mercado Público de Pelotas, 2015.....	17
<b>FIGURA 4</b> – Exposição no Dia do Patrimônio: Ocupação Feminina (Pelotas/RS, 2016).....	18
<b>FIGURA 5</b> – Anúncio de trabalhadora doméstica na condição de escravizada ou livre.....	25
<b>FIGURA 6</b> – Anúncio de lavadeira e engomadeira com informação de endereço para contratar.....	47
<b>FIGURA 7</b> – Mapa de localização dos endereços dos comerciantes no século XIX.....	48
<b>FIGURA 8</b> – Mapa de localização do Bairro Arco-Íris em Pelotas.....	53
<b>FIGURA 9</b> – Mapa de localização do Bairro Sanga Funda em Pelotas.....	55
<b>FIGURA 10</b> – Mapa de localização do Bairro Jardim Europa em Pelotas.....	57
<b>FIGURA 11</b> – Mapa de localização da Cohab Fragata/Bairro Fragata, Pelotas.....	59
<b>FIGURA 12</b> – O banheiro da empregada no filme Histórias Cruzadas (The Help)....	65
<b>FIGURA 13</b> – O banheiro da empregada no filme Histórias Cruzadas (The Help)....	66
<b>FIGURA 14</b> – Conversa entre trabalhadora e contratante.....	67
<b>FIGURA 15</b> – Conversa entre trabalhadora e contratante.....	67
<b>FIGURA 16</b> – Conversa entre trabalhadora e contratante.....	68
<b>FIGURA 17</b> – Conversa entre trabalhadora e contratante.....	68
<b>FIGURA 18</b> – Logomarca do Projeto Sindomésticas / GEEUR / MUARAN.....	70
<b>FIGURA 19</b> – Quartinho da empregada no filme Que Horas Ela Volta.....	72
<b>FIGURA 20</b> – Quartinho da empregada no documentário Doméstica.....	72
<b>FIGURA 21</b> – Quarto de hóspedes não ocupado pelas pessoas da casa no filme Que Horas Ela Volta?.....	73

<b>FIGURA 22</b> – Casa 1: Localização de edícula onde está o quartinho da empregada e banheiro.....	74
<b>FIGURA 23</b> – Casa 1: Medidas do quartinho da empregada e banheiro.....	74
<b>FIGURA 24</b> – Casa 2: Localização do quartinho da empregada e banheiro.....	75
<b>FIGURA 25</b> – Casa 2: Medidas do quartinho da empregada e banheiro.....	76
<b>FIGURA 26</b> – Planta do apartamento de dois dormitórios do Plano 1 do condomínio Cohabpel.....	78
<b>FIGURA 27</b> – Planta do apartamento de três dormitórios do Plano 1 do condomínio Cohabpel.....	79

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO: com uma pitada de incômodo para falar sobre o tema.....	11
1.1. Apresentando este TCC.....	12
1.2. O percurso “invertido” até o tema de pesquisa.....	14
2. CAPÍTULO I: Trabalho doméstico no Brasil e em Pelotas/RS.....	22
2.1. Heranças do passado escravista.....	28
2.2. (In) visibilização da trabalhadora doméstica – breves apontamentos sobre raça, gênero e classe.....	35
3. CAPÍTULO II: Um olhar arqueológico sobre o tema.....	41
3.1. Bairros-centro / centro-bairros: habitações, trajetórias e trajetos.....	45
3.1.1. No Bairro Arco-Íris: Rejane e Vanessa.....	50
3.1.2. No Bairro Sanga Funda: Luzia.....	53
3.1.3. No Bairro Jardim Europa: Gisa.....	55
3.1.4. No Bairro Fragata (Cohab Fragata): Eva.....	57
3.2. Espaço público / espaço privado.....	60
3.3. A divisão dos espaços e dos artefatos/objetos.....	62
3.3.1. O quartinho da empregada – um caso especial.....	70
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	80
REFERÊNCIAS.....	82
ANEXO.....	89

## **1. INTRODUÇÃO: com uma pitada de incômodo, para falar sobre o tema**

Para início de conversa, gostaria de registrar, aqui, um fato que tem me acompanhado desde que comecei a trabalhar com o tema do trabalho doméstico: precisamos ler intelectuais negras e outras mulheres não brancas. Precisamos ouvi-las. E por ouvir quero dizer para além de compreender suas demandas, seus anseios. Precisamos realmente prestar atenção nas nossas atitudes brancas, impregnadas de branquitude – e sobre essa questão farei um breve apanhado no capítulo 2. Cheguei ao fim da escrita deste TCC com um incômodo: o que eu tenho feito para mudar? Eu estou lendo e ouvindo intelectuais negras de fato com todos os sentidos, ou apenas lendo e ouvindo com olhos e ouvidos? E, depois de ter passado por Djamila Ribeiro, tão atual, por Joice Berth, Sueli Carneiro, Angela Davis, Audre Lorde, Patricia Collins, Battke-Baptiste, por palestras com intelectuais negras de Pelotas, percebi que não estou usando todos os sentidos para ouvi-las e lê-las. Não falo só de intelectuais, falo das mulheres negras, que convivem comigo no cotidiano.

Eu escrevo sobre trabalho doméstico, em que maioria das pessoas que vivem dessa atividade é negra. Desde o início das minhas pesquisas fui levada pela temática da escravidão e, posteriormente, para o trabalho doméstico. Busco, sempre, um caminho que me pareça o mais construtivo possível, pensando em conjunto com a comunidade. Mas isso não quer dizer realmente uma mudança de atitude. Como diz Djamila Ribeiro (e tantas outras mulheres negras): “Se pessoas brancas continuarem falando sobre pessoas negras, não vamos mudar a estrutura de opressão que já confere esses privilégios aos brancos” (2018, p. 82).

Há que se pensar sobre outras formas de abordar essas temáticas, mesmo porque dizem respeito a todo um sistema social. Ainda tenho muitos questionamentos sobre todos os âmbitos que envolvem as questões raciais, penso sempre em como mudar o foco dos meus trabalhos sem deixar de falar sobre os temas que me são caros e importantes. Depois de ouvir uma mulher intelectual negra de Pelotas, Sandrali Bueno, apontar algumas pesquisas de brancas que estão

indo pelo caminho aliado às negras sem, no entanto, tirar seu protagonismo, encontrei em Lia Schucman, psicóloga que pesquisa sobre racismo a partir da construção da ideia de branquitude, um dos possíveis caminhos.

Ainda não foi neste TCC que consegui mudar o foco das minhas pesquisas, nem toda uma carga de branquitude, com seus privilégios que trago na minha trajetória. E não pretendo com esse breve desabafo gerar empatia dos grupos com quem eu tenho construído meu percurso acadêmico. Essa “introdução da introdução” foi muito mais para mim, foi uma espécie de “meu querido diário” para que eu possa reler e lembrar quais caminhos busco para conseguir realmente fazer uma mudança.

### **1.1. Apresentando este TCC**

Ao pensarmos sobre a constituição do trabalho doméstico no Brasil devemos sempre ter em mente que esta atividade é uma das mais atreladas (senão a mais) ao sistema escravista vigente até fins do século XIX. Entre vários elementos presentes nesse universo laboral, estão os artefatos e os espaços físicos, que estão envolvidos diretamente nas relações sociais, econômicas e culturais de trabalhadoras domésticas<sup>1</sup> e contratantes na atualidade, bem como entre mulheres escravizadas e/ou libertas/livres e proprietárias ou proprietários, locatárias ou locatários (e negociantes) desses serviços no período da escravidão e no pós-abolição.

Assim, este estudo objetiva analisar alguns desses elementos materiais que fazem parte do universo das trabalhadoras domésticas, sem deixar de atentar para as permanências e as transformações que ocorreram ao longo dos anos, especialmente a partir do último quartel do século XIX e, ainda, levando em consideração questões de gênero, classe e raça<sup>2</sup> imersas nesse meio.

Entre essa materialidade podemos apontar para aquilo que é comum nas narrativas de trabalhadoras domésticas na atualidade: os trajetos entre suas moradias e as casas nas quais trabalham, os objetos pessoais utilizados nessas

---

<sup>1</sup> Utilizo trabalhadoras, no feminino, pois mais de 90% desse trabalho estão nas mãos de mulheres, segundo dados do DIEESE (2018); da mesma forma, utilizo escravizadas, no feminino – no século XIX a maioria das pessoas desempenhando essa atividade era de mulheres na condição cativa, embora libertas e livres (negras e brancas) também estivessem presentes no trabalho doméstico (RODRIGUES, 2015).

<sup>2</sup> Raça entendida como uma construção, social, cultural e histórica.

casas, bem como os seus espaços físicos, em geral com divisas sociais bem determinadas. Alguns constituintes desse trabalho parecem permanecer praticamente imutáveis desde o fim oficial da escravidão e são apontados por pesquisas sobre a temática e, principalmente, pelas próprias trabalhadoras.

Em entrevistas, rodas de conversa e oficinas realizadas com trabalhadoras, bem como através de pesquisa bibliográfica, foi possível construir conjuntamente uma série de tópicos relevantes para apresentar esse mundo material e buscar compreender como ele afeta as relações atuais e é afetado por elas. Também, sem esquecer o papel primordial da pesquisa, entendo que há a necessidade de apropriação dos dados pela comunidade, portanto, há uma preocupação durante todo o processo de produção em tornar as análises deste estudo parte das lutas cotidianas por reconhecimento da profissão das trabalhadoras domésticas em todas as esferas possíveis, não só no âmbito legal. Como nos diz Ernestina Pereira, atual vice-presidenta<sup>3</sup> do Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Pelotas<sup>4</sup>:

esse trabalho é muito importante, se não tiver uma doméstica fazendo o serviço, a patroa não vai poder sair pra rua pra trabalhar, ela teria que fazer esse serviço. É um trabalho importante, é uma categoria que é igual a todas as outras. Precisa ter todos os direitos como os demais trabalhadores. Então, essa é a nossa luta para que consiga alcançar isso, mas acredito que não vá ser algo fácil, e também não vai ser algo pra agora. A gente vai ter que persistir muito... (fala durante oficina, set/2014<sup>5</sup>).

Para um panorama geral sobre como comecei essas análises, apresento, a seguir, parte de minha trajetória acadêmica e como cheguei a presente pesquisa.

---

<sup>3</sup> Também foi presidenta do Sindicato até o início de 2018.

<sup>4</sup> O Sindicato tem seu início como uma organização criada, nos anos 1970, pela Campanha da Fraternidade – movimento da Igreja Católica, cujo tema nessa época era o trabalho doméstico. Sempre contou com atendimentos de assistência, saúde e advocacia; Em 1978 é fundada a Associação Pelotense das Empregadas Domésticas, tendo como primeira presidenta a doméstica Iolanda da Rosa. Em 1989, após a Constituição Brasileira de 1988 reconhecer a empregada doméstica como categoria profissional, a Associação se transforma em Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Pelotas (CANDIOTA, 2010, p. 9). Hoje ainda que o nome permaneça oficialmente o mesmo, as trabalhadoras nomeiam-no como Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Pelotas, pela quantidade numérica expressiva de mulheres nessa profissão e associadas.

<sup>5</sup> Áudio gravado durante a oficina realizada pelo MUIRAN (UFPEL) em parceria com GEEUR (UFPEL) e Sindicato dos Trabalhadores Domésticos de Pelotas, em 21 de setembro de 2014 (Organização e elaboração da oficina: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Louise Prado Alfonso, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Flávia Maria Rieth, MSc. Marta Bonow Rodrigues e Prof<sup>a</sup> MSc. Liza Bilhalva) – transcrição realizada por Karollina Mendes de Magalhães, Johan Fonseca Lose e Beatrice Gervazzi -bolsistas do MUIRAN, em dez/2014 e jan/2015)

## 1.2. O percurso “invertido” até o tema de pesquisa

Trato como um percurso invertido, pois anterior à escrita deste TCC há o atravessamento de meu mestrado acadêmico, na mesma área e temática. Fazendo um caminho oposto ao que normalmente ocorre na academia, este estudo sobre materialidade no trabalho doméstico surge de minha pesquisa de mestrado<sup>6</sup>, que disserta sobre os anúncios de trabalhadoras domésticas em jornais<sup>7</sup> de Pelotas do século XIX. Inicialmente, o foco dessa pesquisa estava em identificar trabalhadoras escravizadas; no entanto, ao longo das coletas de dados, observei a presença de mulheres empobrecidas libertas e livres (negras e brancas) também (sobre)vivendo dessa atividade (RODRIGUES, 2015). Esta informação posteriormente foi usada em ações junto (e por) a trabalhadoras domésticas atuais em Pelotas, que traçam paralelos entre o período escravista e a contemporaneidade, e apontam para questões de gênero, raça e, principalmente, classe<sup>8</sup> imbricadas na atividade.

Essa pesquisa com anúncios ocorreu de minha participação, entre 2010 e 2015, no projeto *O Pampa Negro: Arqueologia da Escravidão na Região Meridional do Rio Grande do Sul (1780 – 1888)*, coordenado pelo professor Lúcio Ferreira do Departamento de Antropologia e Arqueologia, que, também, foi meu orientador no mestrado. Por indicação de Lúcio, comecei a coletar os dados dos anúncios dos jornais acima citados.

Durante os anos que antecederam meu ingresso no mestrado, não havia feito um recorte privilegiando as mulheres escravizadas; entretanto, no momento em que me deparei com as primeiras análises, ainda empíricas, observei que a maioria dos anúncios se referia a essas mulheres. Apesar de dados históricos apontarem para uma média aproximada de 80% de homens escravizados para 20% de mulheres cativas em Pelotas durante o período pré-abolição (GUTIERREZ, 2011; ROSA,

---

<sup>6</sup> Mestrado em Antropologia – Área de Concentração em Arqueologia, UFPel, 2015. Busquei uma discussão interdisciplinar centrada em arqueologia, antropologia e história, atentando para uma aproximação dessas áreas de atuação com a comunidade. Ingressei na graduação em Antropologia – Linha de Formação em Arqueologia no ano de 2010; como possuo outra graduação anterior, no ano de 2013 ingressei (com essa primeira graduação) no referido mestrado. Dessa forma, acabei por deixar um pouco de lado a graduação para me dedicar ao mestrado; graduação e pós-graduação estiveram presentes concomitantemente em parte de minha formação acadêmica, portanto, os temas de pesquisa foram sendo desenvolvidos em conjunto.

<sup>7</sup> Jornais: *A Discussão, A Nação, A Pátria, Diário Comerciário, Diário de Pelotas, Jornal do Commercio, Onze de Junho, Paiz, Jornal Rio Grandense, Noticiador, O Brado do Sul, O Regenerador, Jornal de Pelotas, O Pelotense* – datados entre 1853 e 1888 (Hemeroteca da Bibliotheca Pública Pelotense).

<sup>8</sup> A luta sindical tem o perfil de enfatizar nas questões de classe, porém, nesse caso, por ser a maioria composta por mulheres negras, gênero e raça estão nas reflexões e nas demandas diárias.

2012; SIMÃO, 2002), nos anúncios esses valores se invertem e foram encontrados 61% de mulheres escravizadas, contra 32% de homens (7% eram anúncios gerais que não indicavam o sexo das pessoas anunciadas) (RODRIGUES, 2015, p. 135).

Ainda que haja a presença massiva das cativas nos anúncios, ainda não me aproximava do tema do trabalho doméstico. Foi somente em conversas com minha co-orientadora, a Professora Flávia Rieth, que definimos como fundamental o recorte sobre essa atividade. Ao fim da pesquisa, foi reafirmado o que a observação empírica já havia demonstrado: além de a maioria dos anúncios ser de mulheres, todas elas eram vinculadas ao trabalho doméstico, enquanto os anúncios de cativos homens não estavam atrelados especificamente a essa atividade<sup>9</sup> (RODRIGUES, 2015, p. 135).

Assim, investiguei de que forma essas mulheres poderiam se movimentar em Pelotas, em quais espaços públicos e privados elas circulavam, quais suas especializações na atividade doméstica e quais eram as especificações (qualidades, aspectos físicos e comportamentais) dos anúncios em relação a elas. E são justamente esses tópicos que me levam a adentrar no mundo do trabalho doméstico atual, especialmente com minha participação em atividades no Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Pelotas.

Em meados de 2014, a Professora Louise Alfonso, então pós-doutoranda<sup>10</sup> na UFPel, por indicação do Professor Pedro Sanches<sup>11</sup>, toma conhecimento de minha pesquisa de mestrado e me convida para participar de oficinas no Sindicato, atividades que faziam parte do projeto de elaboração do MUIRAN<sup>12</sup> (RODRIGUES & ALFONSO, 2015). Nesses encontros as trabalhadoras acabaram por fazer comparativos e paralelos entre o trabalho no sistema escravista e nos dias de hoje, e essas primeiras atividades resultaram em ações elaboradas conjuntamente com as sindicalizadas, com o objetivo de visibilizar a profissão, diminuir os estigmas que

---

<sup>9</sup> Para a observação dos dados estatísticos sobre esses anúncios, ver RODRIGUES, 2015 - capítulo 3, subcapítulo 3.2

<sup>10</sup> Pós-Doutorado no Departamento de Antropologia e Arqueologia da UFPel.

<sup>11</sup> Prof. Pedro Sanches havia sido de minha banca de qualificação do doutorado e acreditou que minha pesquisa pudesse ser de interesse para algumas atividades do MUIRAN que eram coordenados pela Prof<sup>a</sup> Louise Alfonso.

<sup>12</sup> Museu que estava em fase de criação, coordenado pelo Prof. Pedro Sanches e, também, idealizado e organizado pela Prof<sup>a</sup> Louise Alfonso.



ela carrega ao longo dos anos (RODRIGUES, ALFONSO & RIETH, 2017) e “empoderar as trabalhadoras<sup>13</sup>”.



FIGURA 1 – 1ª Oficina no Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Pelotas – roda de conversa

Fonte: Acervo do GEEUR, 2014.

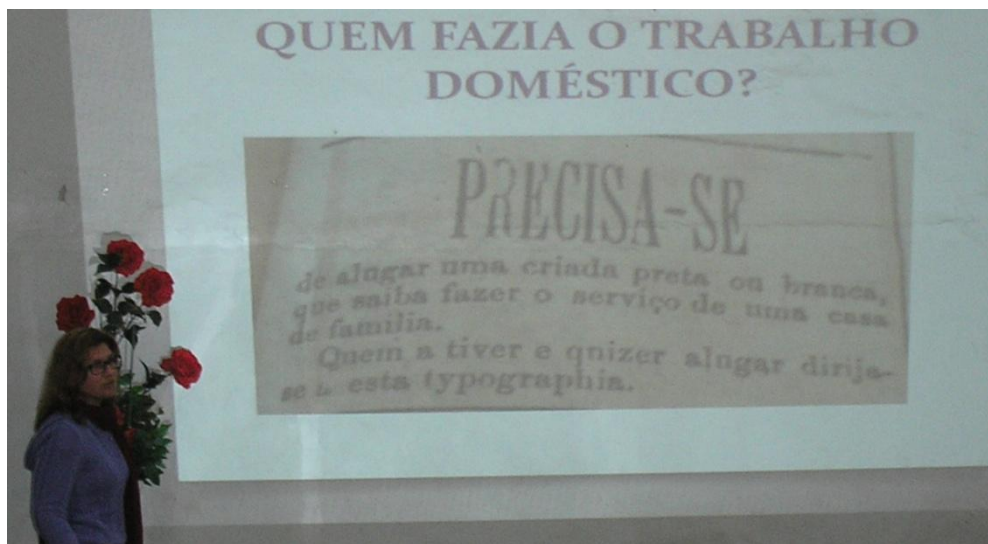


FIGURA 2 – 1ª Oficina no Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Pelotas – apresentação de dados de pesquisa de mestrado da autora

Fonte: Acervo do GEEUR, 2014.

<sup>13</sup> Coloco entre aspas porque essa frase é recorrente nas falas de Ernestina Pereira. Em várias conversas ela coloca que considera a o ato de uma trabalhadora se associar ao Sindicato como sendo de empoderamento em si. Para além disso, Ernestina entende como empoderamento na profissão alguns fatores como não ter vergonha de ser doméstica, exigir os direitos previstos em lei, procurar não permitir que os laços afetivos criados com as famílias para as quais as trabalhadoras prestam serviços acabem por fazer com que elas esqueçam esses direitos.

Foi com essas oficinas, com a construção conjunta com a comunidade no processo de formação do Museu, que minha pesquisa de mestrado passou a ter mais um foco, o trabalho doméstico na atualidade. Ressalvo que essas oficinas, promovidas pelo MUIRAN e com apoio do GEEUR, realizadas em 2014, foram o gatilho para a criação do projeto de extensão *O trabalho doméstico: entre o passado e o presente*, mantido pelo GEEUR, sob o cuidado das Professoras Flávia Rieth e Louise Alfonso. Às oficinas, seguiram-se exposições itinerantes sobre o trabalho doméstico em Pelotas, com a participação de bolsistas do MUIRAN, docentes do GEEUR, colaboradoras e colaboradores discentes, e trabalhadoras domésticas (RODRIGUES & ALFONSO, 2015; RODRIGUES, ALFONSO E RIETH, 2017; SILVA, 2017).



FIGURA 3 – Exposição itinerante – Mercado Público de Pelotas, 2015

Fonte: Foto da autora/ Arquivo do GEEUR, 2015.



FIGURA 4 – Exposição no Dia do Patrimônio: Ocupação Feminina (Pelotas/RS, 2016)

Fonte: Acervo do GEEUR, 2016.

Se primeiramente estávamos em contato apenas as trabalhadoras que participavam das ações junto ao Sindicato (algumas sindicalizadas e outras não associadas), em 2016, no terceiro ano do projeto de extensão, outras trabalhadoras que não são associadas a essa instituição por motivos variados<sup>14</sup> passaram a fazer parte nas atividades. Nessa expansão foi possível observar que, tanto nas conversas com as sindicalizadas, quanto com as não-associadas, algumas narrativas a respeito da materialidade se repetiam: as divisões dos espaços dentro das casas onde trabalhavam (por exemplo: quais eram permitidos para trânsito, quais eram permitidos apenas durante as atividades de limpeza), as diferenças dos objetos e artefatos de uso da casa e de uso das domésticas<sup>15</sup>, diferenças entre as suas próprias moradias e as casas onde trabalham. E muitas faziam comparações entre o sistema escravista pré-abolição, e os problemas enfrentados por elas no desempenho de sua profissão.

<sup>14</sup> Algumas trabalhadoras não concordam com a política do Sindicato, outras desconhecem não só seus direitos, como as atividades da instituição, outras acreditam que a associação no Sindicato pode acabar por ser um problema para que consigam serviços, entre outras questões. Essas justificativas nos foram apresentadas ao longo das pesquisas no âmbito do Projeto de Extensão.

<sup>15</sup> Em alguns momentos, utilizo apenas o termo “doméstica” no lugar de “trabalhadora doméstica”, pois é próprio das trabalhadoras se referirem a si mesmas ou a suas colegas somente como “doméstica”, uma palavra êmica. Candiota (2010), faz essa mesma observação.

Aponto para um dos entendimentos sobre o conceito de artefato dentro da Arqueologia, como a transformação do objeto que recebe uma formulação ou significado dentro da cultura (FUNARI, 2010), sem, no entanto, deixar de lado a proposta de que ele não está dentro de ideias dicotômicas, e, sim, fazendo parte das relações sociais, formando-as e sendo formado por elas (THOMAS, 1999).

Estava aí, portanto, o tema para meu trabalho de conclusão da graduação, seguindo os preceitos da interdisciplinaridade, que acompanha e pesquisa o mundo material, ultrapassando as dicotomias temporais e, ainda, procurando romper a linearidade cartesiana que ainda permeia a disciplina da Arqueologia (LIMA, 2011; HICKS & BEAUDRY, 2010; THOMAS, 1999).

Aproveito, aqui, para fazer um *mea culpa*: estamos imersas e imersos em uma forma de pensamento que, a todo instante, opera com dicotomias e linearidades; acabo utilizando, neste estudo, linhas de tempo e referências ao passado escravista e ao presente. Como apontam Paixão & Gomes:

Ligar o passado ao presente em uma radical linha direta, tão somente cronológica ou evolutiva, é sempre perigoso. Perdemos não só as nuances e possibilidades interpretativas, mas fundamentalmente as conexões entre personagens, escolhas, políticas públicas, movimentos sociais, papel dos intelectuais, literatura, ideologias, etc (2012, p. 304).

No entanto, há uma necessidade, em alguns momentos, de refletirmos dentro dessa condição temporal e dicotômica, mais ainda quando trabalhamos com questões sociais com origens de preconceitos anteriores à contemporaneidade para tentar entender como os estigmas surgem e permanecem com o passar dos anos, porque se mantiveram e o que os sustentam.

Ainda assim, busco pensar sobre esse tema para além desses fatores, na tentativa de compreender como as trabalhadoras domésticas se relacionam entre si e com suas/seus contratantes tendo em vista sempre a materialidade que permeia esse universo. Nesse sentido, levo em consideração que essa materialidade não é apenas fruto de ações humanas, ela é parte de um todo social, um social híbrido formado por redes heterogêneas de humanas/os e não-humanas/os (LATOUR, 1994), o qual “é um campo de relacionamentos antes do que uma entidade limitada”, assim, é possível “reconhecer o caráter social inerente da cultura material” (THOMAS, 1999, p. 17):

A cultura material não é, portanto, um simples produto da sociedade, ela é *integral* à sociedade. Segue-se que materiais que restam do passado, são mais que testemunhos de uma entidade extinta: são uma parte daquela entidade que ainda esta aqui conosco no presente (THOMAS, 1999, p. 17).

Para tanto, parti de diversas fontes, como documentos escritos, plantas baixas de imóveis, fotografias, filmes sobre o tema, narrativas de trabalhadoras<sup>16</sup>, além de pesquisa bibliográfica. Essa investigação interdisciplinar foi norteada em algumas propostas da Arqueologia Histórica e do Presente, sempre com um direcionamento etnográfico, além de um inicial levantamento bibliográfico de História.

As narrativas das trabalhadoras ocorreram durante as duas oficinas entre MUARAN, GEEUR e Sindicato acima citadas e nas casas de 4 interlocutoras, Rejane, Vanessa, Luzia e Eva, todas moradoras de bairros distantes do centro de Pelotas. Uma das interlocutoras, Gisa que estava acompanhada de sua tia, Jandira, costuma conversar na casa de religião de matriz africana da qual Gisa é líder, que está localizada a poucas quadras da residência dela. No entanto, conheci sua moradia, bem como a de Jandira (localizada ao lado da casa religiosa).

Este estudo não tem como pretensão aprofundar as análises em uma determinada linha dentro da Arqueologia, mas busca trazer elementos para que existam continuidades de pesquisa nessa temática.

Assim, após essa breve explicação sobre como cheguei ao tema deste estudo, apresento no capítulo 1 um breve histórico do trabalho doméstico no Brasil e em Pelotas, perfazendo um caminho que busca compreender questões de gênero, classe e raça imbricados nas permanências dessa atividade desde a escravidão até tornar-se efetivamente uma profissão reconhecida legalmente (ainda em busca de reconhecimento social) na atualidade. Aproveito, nesse capítulo, para trazer alguns pensamentos de intelectuais, principalmente negras, para entender conceitos que permeiam nossa sociedade e que são fundamentais para compreender algumas características do trabalho doméstico.

No capítulo 2, busco na arqueologia (não deixando de lado a antropologia) fundamentos para tentar entender como a materialidade se apresenta no universo

---

<sup>16</sup> Conversei, entrevistei e acompanhei apenas trabalhadoras domésticas de Pelotas. Em duas oficinas no Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Pelotas, uma patroa estava presente. Segundo as sindicalizadas, ela costuma acompanhar uma trabalhadora aposentada, de quem contratava serviços e de quem é amiga. Uso o termo “patroa” pela própria utilização êmica desse conceito pelas trabalhadoras.

das trabalhadoras domésticas, traçando alguns pontos de permanências e de descontinuidades ao longo do tempo.

Não devemos esquecer que sempre houve e sempre haverá movimentos de resistência dentro do trabalho doméstico, ainda que esse não seja o foco principal deste estudo.

## 2. Capítulo I - Trabalho doméstico no Brasil e em Pelotas/RS

A história da escravidão africana nas Américas é fundamental para o entendimento social do trabalho doméstico. As relações de raça, gênero e classe devem ser sempre levadas em conta. O presente texto não tem como objetivo central focar nos aspectos históricos gerais da escravidão, porém é fundamental conhecer alguns elementos para compreender permanências na atualidade.

Como escravizadas, essas mulheres tinham todos os outros aspectos de sua existência ofuscados pelo o trabalho compulsório. Aparentemente, portanto, o ponto de partida de qualquer exploração da vida das mulheres negras na escravidão seria uma avaliação do seu papel como trabalhadoras. O sistema escravista definia o povo negro como propriedade. Já que as mulheres eram vistas não menos do que os homens, como unidades de trabalho lucrativas, para os proprietários de escravos elas poderiam ser desprovidas de gênero (DAVIS, 2016, p. 17). [...] “a mulher escravizada era, antes de tudo, uma trabalhadora em tempo integral para seu proprietário, e apenas ocasionalmente esposa, mãe e dona de casa” (STAMPP, 1956, p. 343 *apud* DAVIS, 2016, p. 17).

No Brasil atual, a maioria quase absoluta de trabalhadoras domésticas é negra. Paixão e Gomes (2012) indicam que entre 1995 e 2006 dentro da população economicamente ativa (PEA) uma em cada cinco mulheres negras era doméstica, o que equivalia a 21,8% do total dessas mulheres no mercado de trabalho (com ou sem carteira assinada). Segundo dados do DIEESE (2018), aproximadamente 95% das domésticas nas capitais são negras. Uma atividade que, muitas vezes faz com que as mulheres passem mais tempo com as filhas e filhos de suas patroas do que com suas próprias filhas e filhos; um trabalho que faz com que elas deixem sua própria casa de lado para cuidar de uma casa alheia. Esse aspecto tem suas origens nos sistemas socioeconômicos escravistas dos séculos que antecederam a abolição.

Na sociedade imperial as mulheres escravizadas foram especialmente direcionadas para o trabalho doméstico que se sobressai nas funções exercidas por elas durante a escravidão, consequência à “aversão ao trabalho manual – típica das

sociedades escravistas – e às exigências feitas pela própria economia colonial – ainda muito dependente da força de trabalho humana [...]” (SOUZA, 2012. p. 244-245).

[...] a prestação desse serviço sempre constituiu o principal setor de inserção das mulheres no universo do trabalho no decorrer da formação da sociedade brasileira. Assim como aconteceu em muitas civilizações e culturas passadas, o trabalho exigido para a organização e a manutenção dos domicílios tendeu aqui a ser predominantemente realizado pelo sexo feminino (SOUZA, 2012. p. 244).

Portanto, a escravidão, apesar de muitas vezes esquecida pelas sociedades contemporâneas, tem seus efeitos na atualidade e é pontual para o entendimento sobre quem são as trabalhadoras domésticas.

Para Nepomuceno (2013), as relações entre os diferentes grupos devem ser analisadas de maneira diversa de qualquer outra relação social do período escravista e do pós-abolição, pois as raízes das desigualdades atuais estão nessas relações entre cativas, libertas e livres negras: apesar de todas as conquistas de direitos das mulheres desde o final do século XIX e início do XX, essas não se aplicam a todas as mulheres de maneira homogênea.

As experiências vividas pelas mulheres negras são completamente diversas das vividas pelas brancas (das elites, em especial), não só no período escravista, mas no pós-abolição:

Às mulheres negras não coube experimentar o mesmo tipo de submissão vivido pelas mulheres brancas de elite até inícios do século XX. Tampouco seu espaço de atuação foi unicamente o privado, reservado às bem-nascidas, uma vez que, pobres e discriminadas, se viram forçadas a lançar mão de uma gama de estratégias para sobreviver e fazer frente aos desafios cotidianos (NEPOMUCENO, 2013, p. 383).

Se por um lado há a imposição do trabalho doméstico para as mulheres escravizadas, como aponta Davis (2016), por outro, ele foi uma das estratégias de sobrevivência, sendo especializado ou não, pois indicava uma possibilidade de maior inserção no meio urbano por meio de atividades nas casas de famílias proprietárias e contratantes, ou que demandavam o trânsito nas ruas, caso das quitandeiras, lavadeiras e padeiras, entre outras. Considerando que grande parte da escravidão no Brasil ocorreu para demandas no meio rural, nas plantações, indústrias e criações de animais, essa inserção no meio urbano permitia contatos com grupos de solidariedade que se compunham por outras/os trabalhadoras/es



escravizadas/os, libertas/os, livres e, ainda, por grupos aquilombados ou por outros membros da sociedade (AL-ALAM, 2008; DIAS, 2013; NEPOMUCENO, 2013; REIS, 2012; SIMÃO, 2002).

Na cidade de Pelotas/RS, as mulheres escravizadas estavam muito presentes no meio urbano. Pelotas foi responsável pela solidificação do sistema escravista na região sul do país devido à concentração da indústria charqueadora no município entre o final do século XVIII e durante o XIX, a qual mantinha sua alta produtividade por meio do trabalho de grupos escravizados (MAESTRI, 1984; SANTOS, 1991; SIMÃO, 2002). Transitando entre as charqueadas, situadas no meio rural, ou semi-rural, e a cidade, viviam e trabalhavam mulheres escravizadas, que eram vendidas, compradas, alugadas ou emprestadas para servirem as casas de pessoas e de famílias em condições de pagar um preço por uma criada<sup>17</sup> que fizesse os serviços domésticos ou por uma ama de leite, considerada uma das especializações entre esse trabalho (RODRIGUES, 2015). Antes da abolição, junto às cativas, mulheres libertas e livres empobrecidas também desempenhavam essas atividades e, muitas vezes, eram concorrentes das escravizadas que dependiam de seu ganho para sua sobrevivência e para tentar comprar sua liberdade<sup>18</sup>. Mulheres negras nascidas livres, libertas com compromissos de pagamentos por sua liberdade e brancas empobrecidas dividiam com as escravizadas, os percursos urbanos que configuram o trabalho doméstico em Pelotas (RODRIGUES, 2015). Exemplos de anúncios de jornais dessa mão de obra podem ser observados nos textos e na figura 5 a seguir:

Vende-se uma preta (18 *annos*) de idade, sadia, sabendo todo o serviço de uma casa de família. A tratar com Alfredo Araújo, rua Santa Barbara esquina S. Jeronymo. (*Jornal do Commercio*, n. 164, domingo, 23 de julho de 1876. p. 4).

Ama de leite - a libertada Senhorinha, para poder corresponder ao dever que *contrahiu*, precisa contratar-se como ama ou qualquer outro serviço. Para tratar com a mesma em casa do Sr. Estevam Barbosa de Pinho Louzada. (*Jornal do Commercio*, n. 277, domingo, 5 de dezembro de 1880. p. 3).

*Cosinheira* - precisa-se de uma branca ou de *côr* (livre). Trata-se a rua General Ozorio n. 69. Loja de Louça. (*A Nação*, n. 124, sábado, 21 de abril de 1883. p. 3).

---

<sup>17</sup> Por criada, aqui, me refiro a toda trabalhadora doméstica que desempenhava os serviços de cuidado de uma casa, como cozinhar, lavar, passar, limpar, cuidar de crianças, além de atividades externas, como o trabalho das quitandeiras. As amas de leite também estavam muito presentes no trabalho doméstico impostos às camadas escravizadas. Ver COSTA, 2013; RODRIGUES, 2015.

<sup>18</sup> Ver DIAS, 2013; REIS, 2012; RODRIGUES, 2015.

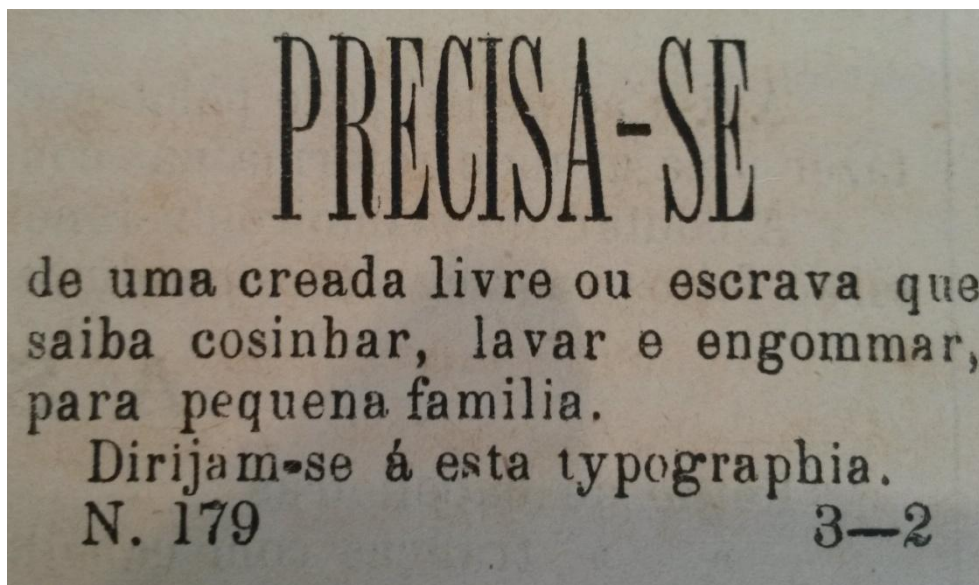


FIGURA 5 – Anúncio de trabalhadora doméstica na condição de escravizada ou livre (*Jornal do Commercio*, n. 34, quarta-feira, 12 de fevereiro de 1879. p. 3).

Fonte: Foto da autora, 2014.

Outro aspecto a ser observado é a idade dessas mulheres que também eram variadas e, para categorias de trabalho no sistema escravista, poderia não ser considerada como criança uma cativa ou um cativo que pudesse desempenhar alguma atividade física, portanto, muitas vezes o processo para a vida adulta poderia iniciar aos 6 ou mesmo aos 4 anos de idade, dependendo do estabelecimento, ocupando-se de serviços menos elaborados. Em geral, nesses primeiros anos de trabalho, eram consideradas/os aprendizes; após terem o pleno conhecimento laboral, as mulheres eram consideradas adultas com 12 anos, e os homens com 15 anos. Essas informações são válidas para camadas trabalhadoras, em especial, as escravizadas. (GÓES e FLORENTINO, 2000; SCARANO, 2000). Para Pelotas, foram encontradas nos anúncios de jornais do século XIX, trabalhadoras e trabalhadores a partir de 8 anos de idade (RODRIGUES, 2015, p. 144-145).

Cabe salientar que no trabalho doméstico, apesar de ser uma atividade majoritariamente realizada por mulheres negras, algumas especializações no passado eram atribuídas a homens, como cozinheiros que preparavam os alimentos para escravizados nas charqueadas, cozinheiros nas casas da cidade e em restaurantes e hotéis, e copeiros. Mucamos e criados também aparecem dividindo os espaços domésticos com as trabalhadoras e esses homens, nessas duas

atividades específicas, não ultrapassavam a idade de aprendiz (até 12 – 15 anos), provavelmente porque, quando atingiam força física, poderiam ser direcionados aos trabalhos de charqueada, olaria e construção (RODRIGUES, 2015; ROSA, 2012). Não havia homens brancos envolvidos nas especializações do trabalho doméstico desses tempos passados (RODRIGUES, 2015).

O fim da escravidão oficial não trouxe alteração imediata nos modos de vida dessa sociedade. As camadas mais afetadas foram as de ex-escravizados e, principalmente as de libertas que dependiam dos empregos domésticos, pois a maioria dessas mulheres continuou atuando nas mesmas atividades que exerciam quando cativas. Normas e regras de conduta e comportamento eram impostas às trabalhadoras após o fim da escravidão, como consequência dos receios da sociedade branca em relação ao contingente de grupos negros que poderiam acabar inseridos no meio social. Esses temores geravam tensões nas relações entre contratantes e empregadas (AZEVEDO, 1987; COSTA, 2014; RODRIGUES, 2015; SILVA, 2016).

Para as camadas brancas, era necessário criar meios para que os grupos negros permanecessem “em seus lugares”. O medo que a sociedade nutria pelas camadas escravizadas parecia não diminuir após a abolição e histórias de tragédias e terror permeavam o imaginário da época (AZEVEDO, 1987). Contava-se sobre feitiçarias, agressões e matanças, associando crimes em que as vítimas eram pessoas brancas a indivíduos ou grupos negros, apresentando elementos para manter distanciamento dessas pessoas, em parte “uma estratégia abrangente de higienização do espaço urbano, que de um lado visava combater o curandeirismo e as práticas culturais afrobrasileiras e, de outro, procurava deslocar os negros das áreas centrais da cidade [...]” (AZEVEDO, 1987, p. 17).

No entanto, para além de políticas de afastamentos dos grupos negros escravizados ou libertos, por medo da integridade física e moral da sociedade, foram políticas de implementação do sistema capitalista, já que o sistema escravista – pré-capitalista por conta de seu formato de exploração do trabalho – já não mais resultava em uma economia confortável para o país. No início de sua implantação, o trabalho livre não proporcionava espaços para a mão de obra negra, entendida como menos qualificada que os grupos de imigrantes europeus (AZEVEDO, 1987). Apesar disso, muitas especializações ainda eram consideradas como inerentes ao

trabalho negro, como ocorria, por exemplo, com as amas de leite (COSTA, 2014; RODRIGUES, 2015; SILVA, 1990).

As regras criadas para manter corpos, espaços, artefatos dessas camadas separados da população branca (especialmente das elites) devia-se, então, em larga medida, aos temores do que essas trabalhadoras e trabalhadores inseridos nas casas das famílias contratantes poderiam fazer – furtos, agressões, assassinatos, roubo de crianças eram algumas possibilidades. Somam-se a isso, políticas de manutenção das supremacias brancas, entre elas, as de higienização dos espaços urbanos, que jogam as camadas mais empobrecidas para as periferias, já que a pobreza era entendida, por si só, como disseminadora de doenças e produtora de miasmas (AZEVEDO, 1987; COSTA, 2014; MACIEL, 2014). Assim, corpos trabalhadores (negros, em sua grande maioria) passam a ser regulamentados moral e fisicamente, as criadas e amas de leite sendo os alvos principais da higiene e comportamento dentro das casas, pois estavam em contato direto com as “vítimas” dos possíveis problemas (COSTA, 2013, 2014).

As tarefas de limpeza dos espaços eram consideradas degradantes e apenas aqueles e aquelas que necessitavam desempenhá-las para garantir sua subsistência o faziam. Limpar as suas próprias sujeiras, e pior, as sujeiras alheias era inconcebível para uma pessoa que não fosse empobrecida (COSTA, 2014; RODRIGUES, 2015).

E este ponto parece central para compreender porque ainda hoje ao trabalho doméstico se atribui o rótulo de sujo e degradante, como se fosse um sub-emprego, onde nem mesmo artefatos e espaços podem ser compartilhados pelos receios de uma contaminação – moral, orgânica. E aqui podemos pensar que essa contaminação não seria somente física, orgânica, mas também moral, já que às atividades de cuidado da casa e das pessoas da casa – limpeza, especialmente – associa-se a sujeira, a vícios e a falta de moralidade, atributos da pobreza (BRITES, 2007).

Estar longe da sujeira, portanto, é estar longe da pobreza e, para manter esse distanciamento, é necessário que exista alguém que faça a limpeza da casa (BRITES, 2007).

## 2.1. Heranças do passado escravista

Não obstante ser um trabalho entendido, comumente, como subemprego, procurado e realizado apenas por quem não consegue uma profissão melhor, a história indica que, desde os tempos da escravidão, havia as redes de solidariedade entre trabalhadoras e havia movimentos de resistência. Em alguns casos, existia a possibilidade de escolhas de serviços, bem como comunidades de trabalhadoras que conversavam, trocavam experiências e informações sobre suas e seus contratantes (SILVA, 2016).

As trabalhadoras domésticas livres e libertas, sob desconfianças, negociavam com patrões e patroas, pensavam em direitos, agenciavam suas vidas, acionavam experiências diversas, faziam escolhas. Não eram, portanto, a mãe-preta e a Negra-Fulô<sup>19</sup>. Mas muitos gostariam que fossem, porque estas, afinal, não têm história, não têm classe (SILVA, 2016, p. 378).

No entanto, dada a permanência de um sistema opressor, que divide as classes e permite a intenção de subjugar uma ou outra, ainda hoje, como um todo, a profissão opera dentro de referências escravistas. Para Telles (2011), a passagem do trabalho escravo de mulheres negras, até o trabalho doméstico conhecido como é hoje, não trouxe alterações no que diz respeito às atividades e, muitas vezes, ao tratamento dado a essas trabalhadoras.

Nesse percurso, a desvalorização do trabalho doméstico é contínua; considerado como uma atividade mal remunerada, realizada por pessoas sem estudo e de baixa renda (TELLES, 2011), a profissão foi reconhecida apenas em 1988, com a Constituição Federal (CANDIOTA, 2010). Contudo foi somente a partir de 2013, com a promulgação da Emenda Constitucional nº 72, conhecida como PEC das Domésticas, que atingiu o mesmo patamar de outras profissões e, sua regulamentação só ocorreu em 2015, com a Lei Complementar nº 150, garantindo direitos como FGTS, multa por dispensa sem justa causa, jornada de 44 horas semanais, adicional noturno, entre outros (BRASIL, 2013; 2015).

Segundo Kofes (1990), no ambiente do trabalho doméstico há um intercruzamento de “classe, de relações familiares e de comportamentos culturais, de experiências individuais, de dimensões do público e do privado. E de gênero,

---

<sup>19</sup> Mãe-preta: metáfora da generosidade escrava, doadora de leite e carinhos para meninos brancos; Negra-Fulô: estereótipo da mucama bela e sedutora (SILVA, 2016, p. 19)

compartilhado, o gênero feminino, mas diferentemente vivenciado” (p. 131). Todos esses aspectos são entremeados e vividos dentro de relações de poder.

Não é preciso estar imersa ou imerso em uma pesquisa acadêmica para observar como é o cotidiano da maioria das trabalhadoras domésticas. Diariamente ouvimos ou lemos histórias de domésticas que foram demitidas por terem usado o único banheiro da casa da patroa, por terem usado os pratos e talheres da casa ou por terem se negado a fazer tarefas que vão além do contratado (mesmo que o contrato seja informal). Além de narrativas das trabalhadoras sobre essas questões durante entrevistas, podemos acompanhar algumas manifestações nas redes sociais – *Facebook*, *Twitter* – que denunciam essas formas de repressão e de opressão.

Quando falamos sobre essa opressão, pensamos sobre relações de poder, e, aqui, podemos entender que a manutenção dessas opressões opera dentro de um sistema maior, mas é no cotidiano, nas pequenas ações, que esse sistema se mantém. Foucault (1999) nos diz que o poder circula, é algo que funciona em rede e em cadeia; as pessoas dessas redes exercem e sofrem a ação do poder que, não só está nas mãos do Estado ou de instituições oficiais, mas em pequenos atos, gestos, grupos de pessoas ou indivíduos – todos e todas somos portadores de um certo poder. Esses micro-poderes podem estar integrados ao Estado, ou existirem para além dele e não são identificados substancialmente com um indivíduo específico: eles ultrapassam a questão individual e, com isso, tornam-se algo que permite uma dominação de classe.

Em uma profissão desempenhada, em sua grande maioria, dentro das casas particulares, a intimidade entre contratantes e contratadas se torna quase inevitável e esse fator acarreta a permeabilidade entre afetividade e trabalho. As questões de abusos sobre os deveres dentro das atividades a serem desempenhadas, tornam-se comuns nessa profissão aumentando as desigualdades (BRITES, 2007; BRITO, s/d; RODRIGUES, 2015). Nessa permeabilidade entre fronteiras, o uso das relações de afeto para solicitar à doméstica que ultrapasse seus deveres e, conseqüentemente, passe por cima de seus direitos, é usual na profissão. Um elemento considerado como troca de favores entra em ação e as horas de trabalho se ampliam, sem que à trabalhadora seja complementado seu pagamento com os devidos valores de horas-extras e quando existe esse complemento, muitas vezes é pago através de doações de roupas, utensílios, móveis, não mais usados pela família contratante.

Há uma luta de classe cotidianamente reivindicando os direitos assegurados por lei, ação dificultada pela falta de fiscalização que caracteriza a própria profissão, pois é desempenhada dentro de casas particulares. Entretanto, cabe ressaltar que muitas trabalhadoras não concordam com a reivindicação desses direitos, seja por receio de perder o emprego, seja por manterem as relações de afeto em primeiro lugar – algumas ainda nem tem conhecimento da sindicalização e outras não se entendem como parte desse processo, confundindo a política sindical de classe com políticas partidárias. Nesse ínterim, é possível identificar, nas relações entre contratantes e trabalhadoras, as consequências desses micro-poderes, agindo em todas as instâncias.

O discernimento entre direitos e deveres existe, ainda que esses direitos não sejam aplicados como deveriam em muitos casos.

[...] eu mesma trabalhei numa casa que eles diziam pra mim "bah, tu é nossa, tu é da nossa família". Aí eu digo "ah bom, se eu sou da família eu vou me sentar na sala e vou ver televisão". O que vocês vão dizer? Mas aí e a louça como vai ficar, porque eu não sou da família, sou considerada né, eu gosto muito deles, e sei que eles gostam muito de mim, mas eu não sou da família, "eu sou da família hoje não vou trabalhar"? Não! Eu tenho que cumprir o meu serviço né? (Narrativa de sindicalizada em oficina MUARAN/GEEUR/Sindicato, dez/2014).

Tem gente que não tem conhecimento, não sabe os direitos, só lavar um chão, não sabe os direitos, a gente perde muita coisa. Eu trabalho 5 horas e meia, não tenho intervalo, mas ela me paga um salário mínimo, mas não tem intervalo. [...] Eu faço de tudo, lavo roupa, cozinho, faço faxina, lavo janela, banheiro, faço tudo [...] fora as outras coisas que ela [a patroa] inventa que não são normais. [...] ela pediu pra eu descer lá embaixo porque o vidro do carro dela tava com cocô de pomba... Eu acho que é muita escravidão (Narrativa de sindicalizada em oficina MUARAN/GEEUR/Sindicato, set/2014).

Eu trabalhei numa casa e ela ia viajar, trabalhei com ela 10 anos, e tinha o cachorro. Então ela ia viajar, ficava às vezes um mês, ficava só eu e o cachorro. Eu pegava comida no Grande Hotel pra mim e pro cachorro, ficava um mês só nós dois... (Narrativa de sindicalizada em oficina MUARAN/GEEUR/Sindicato, set/2014)

Sobre as questões de afeto as narrativas mostram o quanto estão presentes nessa profissão, em alguns momentos sendo vistas como positivas, e em outras, como negativas pelas trabalhadoras. E nem sempre essas relações são bilaterais e há uma preocupação com as trabalhadoras, ainda que estas prestem serviços durante anos para uma mesma família.

As pessoas da família pra quem tu trabalha são sempre lembradas. Tu tá todo dia lá, com as crianças, passando mais tempo dentro da casa que a tua patroa. Aí, tu passa anos desde que tu saiu do emprego e sempre te lembra dessa família, fica pensando como as crianças estão, o que fazem, e nem sempre eles se lembram de ti... As pessoas da família são lembradas, se fosse outro emprego qualquer, seria normal não ter mais contato (REJANE, ex-trabalhadora doméstica, 2016).

Eles se entregam, a gente se entrega. Eles dizem são da família, são considerados da família... Não, senta na mesa vamos almoçar e comer juntos. Eles até dizem que são, nós temos aqui perto uma senhora, a Dona Terezinha, que ela começou a trabalhar em casa de família, ela não casou, não teve família, não teve filhos, e hoje ela tá sendo colocada num asilo porque ela tá velha. Não dá pra trabalhar mais, tá doente. Aí eles largam como se fosse o que? [...] Daí quando fica velha nos chutam. (Narrativa de sindicalizada em oficina MUARAN/GEEUR/Sindicato, set/2014).

A minha mãe trabalha há 40 anos, começou a trabalhar com 22 anos e hoje ela já está com 63 anos. Já faz 40 anos que ela trabalha pra essa família. A empregada doméstica acaba sendo explorada, a gente morava na casa dos patrões da minha mãe, eu morei lá 12 anos, depois que a gente conseguiu casa. Então a minha mãe veio trabalhar no emprego, veio trabalhar e morar no emprego. Então, ela acabava trabalhando o dia todo e não recebia nada a mais por isso, recebia aquele salário mínimo e não recebia nada a mais. Acho que sem uma lei, a empregada doméstica acaba sendo explorada (Narrativa de sindicalizada em oficina MUARAN/GEEUR/Sindicato, set/2014).

No que diz respeito às experiências individuais, entre tantos outros exemplos, um em que mãe e filha trabalharam para a mesma família e os relatos sobre abusos e sobre relações de afeto são diferentes. De um lado, a mãe fala que a família tinha cuidados com a trabalhadora, observava seus direitos, não abusava da condição dessa atividade. Por outro, a filha, que trabalhou na mesma casa como babá das crianças no mesmo período em que a mãe fazia a manutenção da casa (e que continuou como doméstica em todos os serviços, após a saída da mãe), conta uma história diferente. Rejane agradece à família com quem trabalhou durante anos a quem atribui a conquista de sua casa própria. Já Luzia diz que os empréstimos e presentes que antiga patroa deu à sua mãe, são pagamentos mais do que justos pelo tempo e tipo de serviços que a mãe fazia. Segundo Luzia:

Ela [a mãe] criava mais os filhos dos outros que a gente. Aí, até que foi bom o tempo que a gente trabalhou junto, a gente podia ficar mais tempo uma com a outra. Ela trabalhava que nem um camelo, não tinha tempo pra nada, mas ela gostava da casa, então fica difícil lembrar a parte ruim, né? Até hoje ela pergunta pelas crianças, que hoje são adultos, claro. (LUZIA, trabalhadora doméstica, 2016).



Um elemento importante a ser apontado é sobre as idades das domésticas. No passado havia crianças<sup>20</sup> na atividade, direcionadas para uma ou outra especialização, de acordo com a idade e o sexo. Hoje, de acordo com dados do DIEESE (2018), a maioria das domésticas nas capitais brasileiras são mulheres negras, com uma média de 40 anos. Contrapondo esses dados, as narrativas apontam para a não aceitação de mulheres com mais de 40 anos, a não ser que estas já trabalhem na mesma família por muitos anos. E, soma-se a isso, a questão, novamente, da falta de emprego em outros setores, além de episódios de divórcio, o que acaba colocando algumas mulheres no trabalho doméstico. Algumas podem ser observadas aqui:

Trabalho de doméstica duas vezes por semana, queria trabalhar mais, mas não tem mais nada pra mim nessa idade. (Narrativa de sindicalizada, com mais de 40 anos, em oficina MUARAN/GEEUR/Sindicato, set/2014).

Mas é difícil, depois dos 40 anos a gente não consegue mais nada, não trabalha depois, mesmo com estudo a gente não consegue trabalhar, eu tenho, não é muito estudo, eu tenho até a sétima série, terminar a oitava, mas mesmo assim a gente não consegue. Tem que ter muita sorte pra conseguir, depois dos 30 e poucos por aí, quase chegando aos 40 tu não consegue mais nada, pelo menos aqui. (Narrativa de sindicalizada, com mais de 40 anos, em oficina MUARAN/GEEUR/Sindicato, set/2014).

Trabalho de empregada doméstica há 18 anos numa casa. Eu me separei e não tinha o que fazer, fui procurar emprego na época tinha 36 anos, aí disseram que eu tava... Não tinha idade mais pra procurar e aí eu fiquei fazendo faxina por, aí depois aí eu me peguei nessa e to 18 anos lá. Me aposentei já pela idade, to indo. (Narrativa de sindicalizada em oficina MUARAN/GEEUR/Sindicato, set/2014).

Apesar de levantamentos apontarem para a maioria adulta na profissão, na informalidade ainda existem muitas crianças nesse trabalho, auxiliando nas tarefas da própria casa, ou por imposição – quando sua família não consegue se manter economicamente, as crianças (do sexo feminino) são levadas a trabalhar em casas alheias, cuidando de menores ou fazendo a limpeza e manutenção das casas. Quando existem crianças nessa atividade, sabe-se que não estão trabalhando

---

<sup>20</sup> Nos termos atuais de como é entendida essa categoria.

dentro das leis que regem a profissão e que são observadas no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990).

Brites (In: Brites & Fonseca, 2014), indica que há uma preservação das crianças e adolescentes em relação à realização das tarefas domésticas, o que ocorre, no entanto, principalmente nas classes média e alta, o que não parece acontecer no caso das trabalhadoras entrevistadas para esta pesquisa, de famílias empobrecidas e moradoras das regiões de periferia da cidade. Além disso, há uma preservação maior das crianças do sexo masculino.

Eu comecei a trabalhar de babá, acompanhando a mãe, quando eu tinha 15 anos, quando ela cuidava duma casa. Eu sempre ia. Tenho os irmãos, que são homens, né, mas só eu tinha que ir com a mãe. A mulher sempre ajuda, até porque acaba ficando com a limpeza da casa mesmo. E, também, as casas não iam gostar de ter homem limpando, ia ficar estranho. A gente cresce e continua trabalhando, mas os guris, isso ficaria estranho. Imagina se iam querer um homem adulto limpando a casa! Até com medo devem ficar! Homem, só na rua, limpando jardim, cortando grama (LUZIA, trabalhadora doméstica, 2016).

A mãe de Luzia, Rejane, começou a trabalhar com 11 anos de idade, foi com uma família que iria de férias para a praia do Cassino (Rio Grande/RS). Lá, não tinha comunicação com a sua própria família, permaneceu durante dois meses sem notícias, até que sua mãe, sem saber da filha e preocupada com o que poderia acontecer a ela, conseguiu localizá-la e trazê-la de volta para Pelotas.

[...] quando eu comecei a trabalhar com 11 anos de idade, na casa do dona Maria<sup>21</sup>. Ela morava aqui, hoje eu não sei se existe ou não. Aí ela me levou pra trabalhar lá no Cassino. E eu fiquei de dezembro até março lá no Cassino. E ela simplesmente não era uma pessoa... ... hoje eu digo assim: ela não era uma pessoa humana. Eu tinha 11 anos só! Eu era tratada como uma qualquer, em função de trabalho, em função de comida, essas coisas, no trato assim... Tu vê que me marcou muito, eu tinha 11 anos, eu to com 59 e não me esqueci até hoje... Aí em março a mãe foi me buscar. Eu trabalhei na casa dela um mês antes aqui, antes de ir pro Cassino, aqui era melhor, eu trabalhava de manhã, mas não ficava de noite. Eu tive que começar a trabalhar porque a mãe tava doente e não podia trabalhar e pagava aluguel, e eles eram donos [a família para a qual trabalhou] da casa onde a mãe morava, então eu fui trabalhar por troca de pagamento... Aí eu trabalhava e a mãe não precisava pagar aluguel. E a mãe também trabalhava em casa de família. Depois, eu fui pra casa da dona Ana<sup>22</sup>. Eu limpava a cozinha, eu fazia tudo isso até eu ir pro colégio, a tarde eu ia pra escola. Depois das 5 e meia, eu voltava pra

---

<sup>21</sup> Não foi usado o nome real da patroa.

<sup>22</sup> Não foi usado o nome real da patroa.

dona Ana e ficava até a hora da janta, aí eu lavava a louça. (REJANE, ex-trabalhadora doméstica, 2016).

Além de todas essas problemáticas, ainda há questões éticas que aparecem, por exemplo, quando diz respeito à substituição da trabalhadora por outra<sup>23</sup>.

Se a empregada sai, não consegue voltar. É muito difícil a família chamar de volta, mesmo que a gente seja considerada quase da família. E, também, fica ruim voltar, parece que quer tirar o lugar da nova empregada (REJANE, ex-trabalhadora doméstica, 2016).

Quase todas as trabalhadoras entrevistadas (ou com relatos nas oficinas já citadas), começaram na profissão muito cedo, ainda crianças, seguindo suas mães, avós, tias; também, moravam e/ou moram em bairros distantes do centro – local com maior demanda de serviços; em algum momento de sua profissão, dormiram no local de trabalho ou em momentos em que não estavam fazendo a limpeza, precisavam ficar no seu quartinho<sup>24</sup>; eram exigidas para que fizessem serviços para além do contratado (ou simplesmente não havia nada combinado sobre quais eram os serviços) e para que cumprissem horas a mais de trabalho. Além disso, muitas não podem fazer as refeições junto à família contratante, nem no mesmo espaço, nem ao mesmo tempo (devem aguardar o término da refeição da família para, então, poderem fazer a sua refeição), nem com os mesmo utensílios. As divisões são explícitas: os corpos, com seus elementos materiais (utensílios, vestimentas, acessórios), devem permanecer em locais diferentes da casa e da cidade, mantendo, assim, as distâncias exigidas para a manutenção das hierarquias, e, conseqüentemente, do poder.

Os espaços físicos e sociais, para Bourdieu (1997), são categorias distintas, porém as estruturas do espaço social se manifestam no espaço físico de diferentes formas. O espaço habitado ou apropriado (no sentido de propriedade) por um grupo, em geral simboliza o espaço social; o espaço físico reflete as hierarquias da sociedade, ou seja, do espaço social.

Assim, as divisões dos espaços das casas, espaços físicos que exprimem os espaços sociais, bem como dos artefatos, são frutos das relações criadas e

---

<sup>23</sup> Não houve aprofundamento, neste estudo sobre esse ponto, porém é importante indicá-lo pensando em possíveis investigações futuras.

<sup>24</sup> Quartinho – é o quarto da trabalhadora, nem sempre um dormitório, porém um espaço que está para além da cozinha e/ou lavanderia da casa, onde ela dorme, ou passa as roupas da casa, ou guarda seus pertences. Os espaços da casa serão melhor explorados no capítulo 3.

mantidas ao longo dos anos, elas constroem classe, raça e gênero através das separações e, ao mesmo tempo, são construídas por elas, num fluxo contínuo.

Para que possamos refletir mais acerca dos espaços e artefatos no trabalho doméstico, é fundamental entender minimamente sobre como a sociedade ocidental branca, herdeira dos privilégios do passado, se constrói e se mantém social, cultural e economicamente em cima do trabalho dessas mulheres que vivem dessa profissão.

## **2.2. (In) visibilização da trabalhadora doméstica – breves apontamentos sobre raça, gênero e classe**

Ainda nos dias atuais, as mulheres negras lutam para libertar-se do cativeiro secular, pois, sofrem com o preconceito devido ao seu sexo e sua etnia. Estão entre as piores taxas de remuneração no mercado de trabalho, povoam as listas do desemprego e do subemprego no Brasil e frequentemente são vítimas de violência física e psicológica. Assim sendo, é possível afirmar que o fenômeno da (in) visibilidade da mulher além de social e intelectual, também é espacial e étnico, visto que a mulher negra e pobre torna-se ainda mais (in) visível história e à sociedade que a branca (PAULA, 2012, p. 155).

Já temos falado sobre o quanto as trabalhadoras escravizadas em Pelotas eram esquecidas na história, apesar de serem muito presentes e circulantes no cotidiano da cidade (RODRIGUES, 2015). Para além da discussão da escravidão do século XIX, há constantes movimentos históricos/sociais/culturais de invisibilização das mulheres negras.

E no trabalho doméstico<sup>25</sup>, que ocupa um grande espaço na vida dessas mulheres e com todos os estigmas e estereótipos que os acompanha ao longo dos anos, essa tentativa de invisibilizar as trabalhadoras parece ser agravada. Os papéis instituídos no período escravista acarretam na naturalização das desigualdades atuais e permitem a configuração da manutenção das relações de poder (DAVIS, 2016), através das características da profissão: em casas privadas, com grande maioria das trabalhadoras na informalidade, sem fiscalização, com direitos ainda a serem conquistados, com as fronteiras entre afeto e atividade laboral permeáveis, etc. (RODRIGUES, 2015).

---

<sup>25</sup> Lembramos que mais de 90% das trabalhadoras domésticas no Brasil são negras.

A gente não pode nem contar a nossa história, sempre tem uma pessoa pra dizer o quanto sofreu mais. Ainda mais quando a pessoa é branca, acho que elas não entendem mesmo, né? Não dá pra ficar comparando; eu to contando que fui levada com 11 anos de idade pra ser doméstica numa casa no Cassino, cheguei a dormir embaixo da pia da lavanderia. Fiquei três meses sem a minha família saber de mim, sem saber se eu tava viva. Não quero concorrer pra saber quem tem a vida mais sofrida, mas quero contar a minha história. Não foi fácil, não é fácil, mas quero que me ouçam (REJANE, ex-trabalhadora doméstica, 2015).

A fala de Rejane, acima, vai ao encontro ao que Hooks (1984/2004) aponta: apesar de existirem lutas de mulheres e conquistas de direitos, não há como homogeneizar as experiências, as demandas e a história dos grupos. As realidades históricas que permeiam o universo das mulheres não são iguais para todos os coletivos femininos.

Desde as primeiras lutas das mulheres por igualdades de direitos, cabia às brancas um papel revolucionário de combate à violência de gênero, enquanto as negras eram relegadas ao abandono e exclusão; enquanto as brancas militavam pelo direito ao voto, por exemplo, as negras lutavam pelo seu reconhecimento como pessoas (HOOKS, 1984/2004; RIBEIRO, 2018). Para Hooks (1984/2004), qualquer mulher não branca e de classes mais empobrecidas eram deixadas de lado nesses processos de direitos e não havia a possibilidade de terem seus sofrimentos medidos; sofrimentos esses que não são universais para todas as mulheres, pois dependem de determinadas conjunturas, necessidades e anseios. Para que as diferentes experiências sejam compartilhadas, para que não seja preciso “dar voz” a mulheres negras, e sim ao contrário, ouvi-las sem que precisem de licença para isso, é necessário entender, sempre os parâmetros históricos e políticos implicados na formação da sociedade contemporânea. Pensar o sofrimento, nesse caso, não é se apiedar de um grupo ou indivíduo, e sim entender as disparidades sociais e utilizá-lo para estabelecer rumos corretos nas prioridades políticas (HOOKS, 1984/2004).

Essa forma branca de estar no mundo e no universo revolucionário é fruto de um pensamento hegemônico colonizador decorrente das invasões e apropriações européias. A escravidão nas Américas fomentou a criação e manutenção de relações de poder baseadas no sistema de submissões que ainda se faz presente na atualidade (e, com isso, não estamos afirmando que essas relações eram pacíficas, as resistências em vários âmbitos sempre existiram) (HOOKS, 1984/2004; RODRIGUES, 2015; SCHUCMAN, 2012).

Para tentar entender esse processo, Schucman (2012) traz alguns elementos fundamentais do pensamento e da política social branca:

Há um sistema de dominação, há um sistema de opressão que faz com que homens tenham poder e brancos tenham poder, mais do que negros. E esse sistema de poder, é todo baseado no que se pensa como branco. A branquitude é uma forma de ver o mundo, é uma forma de estar no mundo. É uma identidade racial branca, só que não pensada como raça, não sentida como raça. É um jeito de trabalhar num mundo racializado e pensado como se fosse neutro. (SCHUCMAN, palestra no TEDx São Paulo x = independent organized TED event. Vídeo, 2:15 a 2:53 min.)

Branquitude<sup>26</sup>, portanto, é se atribuir comportamentos, ações, características morais e intelectuais a grupos e pessoas (brancas), sem contudo, que a questão da raça esteja nas reflexões sobre esses aspectos. À branquitude se atribui características entendidas como positivas, em vários âmbitos, morais, intelectuais, físicas. Por outro lado, a raça como categoria construída no século XIX é utilizada para subjugar etnias e grupos a partir do entendimento de que todos os coletivos não-brancos não possuíam os mesmos atributos positivos: as características físicas, culturais e sociais desses grupos são colocadas como inerentes a eles e, portanto, por serem diferentes da sociedade branca, logicamente não poderiam estar no mesmo patamar de igualdade nas relações. Era o fenótipo analisado como fator primordial para definir comportamentos, cultura, relações, etc. (SCHUCMAN, 2012). “O racismo particular do brasileiro é a ideologia do branqueamento marcado por uma sociedade hierárquica de desigualdades sociais e racistas no que diz respeito aos negros e índios” (SCHUCMAN, 2012, p. 12).

Com o passar do tempo e com novas pesquisas sobre as questões de raça, passou-se a procurar novas formas de reduzir as desigualdades; entretanto, essas novas formas pregavam uma democracia racial que não correspondia à igualdade de direitos. A compreensão sociológica de raça e de branquitude, portanto, é fundamental para que se entenda as relações sociais cotidianas, em todos os seus âmbitos, como distribuições de recursos e manutenção de poderes políticos (SCHUCMAN, 2012).

Para essa mesma autora,

---

<sup>26</sup> Apontamos para as diferenças entre branquitude e brancura, conforme Schucman (2012): brancura é a cor da pele, a quantidade de melanina compondo o tecido tegumentar humano. Branquitude é quando a brancura se apropria da ideia de raça; brancos entre brancos, em suas relações, não produzem a branquitude; ela se configura a partir das relações sociais no uso das ideias de raça do século XIX, em que se entendiam os brancos como seres superiores moral, intelectual e fisicamente e os grupos com outros fenótipos como sendo inferiores.

O fato de o preconceito racial recair sobre a população não branca está diretamente relacionado ao fato de os privilégios raciais estarem associados aos brancos. O branco não é apenas favorecido nessa estrutura racializada, mas é também produtor ativo dessa estrutura, através dos mecanismos mais diretos de discriminação e da produção de um discurso que propaga a democracia racial e o branqueamento. Esses mecanismos de produção de desigualdades raciais foram construídos de tal forma que asseguraram aos brancos a ocupação de posições mais altas na hierarquia social, sem que isso fosse encarado como privilégio de raça<sup>27</sup>. Isso porque a crença na democracia racial isenta a sociedade brasileira do preconceito e permite que o ideal liberal de igualdade de oportunidades seja apreendido como realidade. Desse modo, a ideologia racial oficial produz um senso de alívio entre os brancos, que podem se isentar de qualquer responsabilidade pelos problemas sociais dos negros, mestiços e indígenas (SCHUCMAN, 2012, p. 14).

Portanto, o que constitui a branquitude e a sustenta é o fato de que “por trás da ideia de branquitude está a ideia de que o branco representa a humanidade, enquanto negros e indígenas ou outros grupos racializados são humanidade particular.” (SCHUCMAN, palestra no TEDx São Paulo x = independent organized TED event. Vídeo, 4:08 a 4:15 min). Representar a humanidade é se colocar acima de todos os grupos, criando, mesmo dentro dos discursos de democracia, as desigualdades sociais.

Por esses fatores, os movimentos feministas brancos não deixavam espaços para as mulheres não brancas, não havia identificação dessas mulheres com as lutas contra a opressão de gênero (falando especificamente nas questões entre mulheres x homens). Reforçando, as violências e opressões sofridas pelas mulheres negras não eram e não são as mesmas experienciadas pelas brancas. Para classe e raça diversa, é necessário que se pense em lutas diferentes (HOOKS, 1984/2004).

Para refletirmos sobre as diferenças e sobre mudanças de atitude, é necessário finalmente entendermos que brancas (e me incluo) e brancos estamos em situação de privilégio. Ribeiro (2018) indica que é dever de não negros ter consciência sobre racismo e todas as suas implicações e lutar contra as opressões, sabendo que esse dever inclui não protagonizar as lutas de outros coletivos e, sim buscar outras formas de compor essas lutas. E é preciso refletir sobre como os processos históricos agiram para tentar silenciar grupos e colocá-los em subalternidade; em contraponto, é necessário pensar sobre o que é lugar de fala, e

---

<sup>27</sup> Destaque da frase é da autora deste TCC.

como essa reflexão “romperia com o silêncio instituído para quem foi subalternizado, um movimento no sentido de romper com a hierarquia. [...]”

Há pessoas que dizem que o importante é a causa, ou uma possível “voz de ninguém”, como se não fôssemos corporificados, marcados e deslegitimados pela norma colonizadora. Mas, comumente, só fala na voz de ninguém quem sempre teve voz e nunca precisou reivindicar sua humanidade.” (RIBEIRO, 2017, p. 90).

Finalizo este capítulo apresentando uma experiência das trabalhadoras domésticas que presenciei na Câmara de Vereadores de Pelotas. No dia 27 de abril deste ano, houve a comemoração do Dia Internacional da Doméstica, com uma audiência pública e posterior confraternização organizada pelo Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Pelotas. O tema preparado para tal audiência era: Conjuntura Atual e Trabalho Intermitente e foram, além das próprias trabalhadoras (sindicalizadas e não sindicalizadas), vereadores e vereadoras, representantes do sistema jurídico para falar sobre as leis trabalhistas, e pesquisadoras que estudam a temática. Não é um fato raro a falta de participantes dessas audiências, porém nesse dia, além de poucas pessoas presentes, houve um agravante: as sindicalizadas haviam se organizado para as discussões sobre o trabalho doméstico e esperavam que a audiência fosse filmada para ser exibida da TV Câmara e acessada através da internet, dando mais visibilidade à luta pelos direitos. Não foi isso que aconteceu. Não só a pessoa responsável pelo registro fotográfico não estava presente, como todas as câmeras filmadoras estavam isoladas sem condições de operar, pois no dia seguinte à audiência a Câmara seria dedetizada contra pragas.

O questionamento das domésticas foi o seguinte: se não há audiência diariamente, se esta reunião em comemoração ao Dia Internacional das Domésticas já estava marcado há muitos meses, porque não aconteceu uma organização prévia por parte dos dirigentes da Câmara para que a dedetização ocorresse em outro dia? “Se não foi por desvalorização do nosso trabalho, mais uma vez, então eu não sou mulher, mesmo” (Fala de uma trabalhadora doméstica, em um momento após a audiência).

Como nos diz Thomas (1999):

[...] poder não é um contrato ao qual as pessoas aderem, vindas de fora. As pessoas não criam relações de poder: as relações de poder produzem pessoas. Com isso quero dizer que chegamos a reconhecer-nos como sujeitos humanos porque a linguagem que usamos para falar sobre nós mesmos, as maneiras de agir e



comunicar, e os estereótipos culturais que nos fazem inteligíveis para outros são todos impostos sobre nós: eles são todos efeitos do poder (THOMAS, 1999, p. 17).

### 3. Um olhar arqueológico sobre o tema

Como já enunciado no capítulo introdutório, este estudo não tem a intenção de aprofundar linhas teóricas, mas pretende apontar alguns caminhos para futuras investigações sobre o trabalho doméstico e mesmo sobre grupos em processo de exclusão nas sociedades contemporâneas. Com isso, é possível entender subjetividades envolvidas nas relações e buscar formas de minimizar as desigualdades existentes. Portanto, apresentarei alguns elementos dentro da arqueologia para pensarmos a respeito da materialidade intrínseca do universo das trabalhadoras domésticas. Lembrando que “as condições materiais contribuem para a estruturação das relações sociais [...] e não espelha a sociedade, pelo contrário, pode construir, manter, controlar e transformar as relações sociais” (SENATORE & ZARANKIN, 2002, p. 9).

Como há uma proposta de análise do trabalho doméstico no período escravista, é necessário que apontemos aspectos sobre essa linha de investigação. Assim, um dos primeiros pontos e essencial para entendermos algumas escolhas é que nas pesquisas em arqueologia da escravidão, onde o foco está nos materiais relacionados à cultura dos grupos escravizados, devemos atentar para não essencializar os achados e os artefatos não podem ser atribuídos a um único segmento da população (SYMANSKI & SOUZA, 2007).

Com uma proposta de visibilizar as mulheres negras na história da sociedade estadunidense através das pesquisas arqueológicas, Whitney Battle-Baptiste (2011), faz análises da arquitetura, fotografias, mapas, plantas-baixas e achados materiais provenientes de escavações. Essa autora identificou em sítios arqueológicos essa presença das mulheres escravizadas em diferentes atividades laborais externas à unidades de produção e que, entretanto, poderiam estar vinculadas a atividades do âmbito doméstico.

Ao contrário do que comumente se aponta na arqueologia e na história sobre os espaços físicos, quando se entende a mulher nos espaços domésticos, e então,

atribui-se artefatos desses ambientes ao universo feminino (RODRIGUES, 2015, p. 65), Battle-Baptiste conclui que as unidades domésticas dos grupos escravizados são áreas diferentes de qualquer outro tipo de distribuição espacial e não se restringem aos espaços físicos. Isso porque esses espaços têm múltiplos significados para seus habitantes tornando-se o centro de todas as atividades (BATTLE-BAPTISTE, 2011, p. 82). Não obstante ser um ambiente inserido na jurisdição do sistema escravista, os espaços domésticos nunca foram totalmente controlados por ele e, ademais, é um dos indicadores do cotidiano das mulheres escravizadas. Para essa autora, há uma associação constante do espaço doméstico às mulheres cativas, que estavam desempenhando atividades ligadas ao ambiente interno e, também, externo, seja no entorno das casas, seja nas *plantations* (BATTLE-BAPTISTE, 2011).

Com uma perspectiva militante de uma arqueologia feminista negra, ela coloca o que Davis<sup>28</sup> (2016), Hooks (1984/2004), entre outras intelectuais negras, já apontavam: a esfera doméstica dos grupos escravos ia para além das paredes estruturais da casa ou da senzala (e da área ao redor dos prédios), pois o trabalho doméstico era compartilhado entre os vários ambientes dentro dos núcleos de produção (*plantations*), pois tarefas e responsabilidades eram distribuídas pelos membros da comunidade (BATTLE-BAPTISTE, 2011). As resoluções cotidianas, como cuidados com as crianças, o preparo dos alimentos, a manutenção da unidade familiar e outros afazeres domésticos, bem como a preocupação com a sustentação dos relacionamentos sociais, dentro e fora do ambiente domiciliar, eram problemas que as mulheres não-cativas, brancas principalmente, lidavam de outras maneiras; possivelmente considerando o doméstico como um espaço físico mais fechado (BATTLE-BAPTISTE, 2011).

Uma informação importante para o entendimento da distribuição dos prédios das moradias nas unidades de produção é em relação à posição da senzala e os locais em que as mulheres escravas permaneciam quando pertenciam ao trabalho doméstico nas casas. A senzala, em geral, era posicionada em local de fácil visibilidade da sede principal da fazenda, *plantation*, ou mesmo da charqueada, sempre na perspectiva de que havia a necessidade de vigiar os grupos escravizados. Essas unidades poderiam ser construídas com materiais perecíveis ou

---

<sup>28</sup> A edição original de Davis (2016), em inglês é do ano de 1981.

permanentes, dependendo da região do país e das condições financeiras dos/as proprietários/as (ROSA, 2012; SOUZA, 2007; SYMANSKI, 2007; THIESEN, MOLET & KUNIOCHI, 2011). Em muitas unidades produtivas, as escravizadas permaneciam em andares no subsolo das casas principais (SYMANSKI, 2007). As distribuições dos prédios não seguiam padrões, cada fazenda ou unidade produtiva tinha suas próprias distribuições arquitetônicas, um dos indicadores, juntamente com os objetos, das diferenças existentes entre grupos de trabalhadores e trabalhadoras que habitavam esses ambientes (SOUZA, 2007).

Seguindo na busca pelas trabalhadoras domésticas nos ambientes internos e externos e a materialidade implicada nesse trânsito, a arqueologia documental também é um dos meios para a compreensão das relações sociais do passado (RODRIGUES, 2015). Escravizadas, libertas e livres, estavam transitando para além dos ambientes da casa e dos espaços das plantações ou, no caso de Pelotas, das charqueadas. Tanto nas questões do comércio de compra, venda, aluguel de mão de obra feminina, quanto para exercer atividades que demandavam as ruas (lavadeiras, quitandeiras), elas circulavam por conta de suas ocupações laborais (RODRIGUES, 2015).

A arqueologia documental apresenta um caminho que ultrapassa a leitura histórica dos textos escritos em busca de dado, como indica Galloway (2006), quando nos diz que eles não são criados, em geral, para a posteridade, são frutos de um tempo, uma forma de pensar e um social. Têm intencionalidade, porém além deles mesmos serem evidências materiais, podem trazer indícios sobre outros artefatos e objetos, sobre outras redes humanas e não humanas veiculadas no momento em que são criados.

Da mesma maneira, Beaudry et al. (2007), assinala os documentos escritos como produtos e, ao mesmo tempo, produtores das ações humanas. Assim, são partes da rede material que conecta todo um social em uma temporalidade e espaço e são vitais para reconstrução de contextos arqueológicos sem pesquisas históricas e do presente. Salienta-se que não só as informações contidas no documento – inventários, jornais, atas – podem ser analisadas (como dados históricos), como as descrições dos materiais, sejam eles inorgânicos (louças, vidros, cerâmicas, materiais de construção, etc.), ou orgânicos, incluindo corpos humanos nas análises arqueológicas. Nessas análises das descrições é possível recuperar os significados desses dadosêmicos (de quem escreveu o documento) podendo compreender os

contextos socioculturais em que as fontes foram produzidas (BEAUDRY et al. 2007; VOSS, 2006).

Voss (2006), ainda sobre documentos, que um possível caminho para se entender os espaços físicos, distribuições arquitetônicas e paisagem arqueológica, é buscar a ideia de representação, envolvidos na criação e propagação de textos ou imagens que abrangem o estudo do contexto histórico e político no qual essas representações – plantas baixas, desenhos, etc. – foram criadas, assim como da própria história da sua produção e suas características físicas (VOSS, 2006). Essa autora consegue observar estratégias e projetos políticos contidos na convenção intencional da representação (plantas) de presídios militares, sendo a maioria das plantas analisadas por ela, produzidas posteriormente à implantação dos prédios. A indicação é de que havia uma intenção de salientar pontos específicos, entendidos como locais especiais nos desenhos.

Esse fato é importante quando pensamos nas plantas baixas e na própria arquitetura das casas atuais e os espaços das domésticas nesses prédios: estão diretamente implicados nas relações de poder e vigilância, de afastamento dos corpos e da intenção de submissão de uma camada trabalhadora.

Em se tratando de separações, divisões de espaços e de corpos, podemos pensar em como a pobreza fica evidente com a implantação do sistema capitalista, conforme já apontado no capítulo 2. Orser Jr. (2011) trabalha para evidenciar, através da arqueologia, as distribuições espaciais dos centros urbanos buscando compreender as semelhanças entre as pobresas em diferentes cidades. As diferenças podem ser observadas através dos contextos sociais e culturais que são diversos, de acordo com o país, a cidade, o ambiente sociocultural; porém a desigualdade econômica e a exclusão social são visíveis em todos os casos analisados, implicando em uma constância no que diz respeito a essa categoria pobreza.

Para Orser Jr. (2011), a pobreza pode ser difícil de avaliar arqueologicamente, visto que artefatos atribuídos às camadas mais abastadas economicamente, poderiam aparecer nos registros em locais de ocupação de famílias empobrecidas. Isso quando há objetos, pois em muitos casos, em sítios históricos de séculos passados não existem registros materiais que constituam um contexto consistente para que se propiciem análises. Este arqueólogo nos fala que apesar de o trabalho com essas temáticas envolvendo as classes empobrecidas não

ser fácil, é preciso que esses assuntos estejam nas pesquisas, pois ignorar os motivos pelos quais existiram e existem essas comunidades na pobreza é munir de justificativas históricas para a continuidade às práticas opressoras e que promovem as desigualdades sociais.

Partindo desses preceitos da arqueologia, é possível fazer uma mínima análise da materialidade imbricada no trabalho doméstico. Analiso, então, quatro pontos que estão nas narrativas das trabalhadoras entrevistadas e que dizem respeito aos locais de moradia e de trabalho, incluindo o deslocamento entre um e outro, esses espaços entendidos como públicos e/ou privados na visão dessas mulheres, os espaços da casa, em especial o quartinho da empregada, e os artefatos e objetos da casa contratante com os quais as domésticas têm contato diário.

### **3.1. Bairros-centro / centro-bairros: habitações, trajetórias e trajetos**

Os trajetos entre as moradias das trabalhadoras e os locais de trabalho são um dos pontos deste estudo. Trago informações sobre as cinco interlocutoras com quem conversei em suas próprias moradias. Essas mulheres residem em bairros distantes do centro de Pelotas. São eles: Arco-Íris, Sanga Funda, Jardim Europa e Cohab Fragata (Bairro Fragata).

Pelotas tem seu território de abrangência atual de 1.610,084 km<sup>2</sup> (PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS, 2018), sendo que para o deslocamento de um bairro a outro, dentro da área urbana, pode acarretar em até uma hora e meia entre utilização de transporte coletivo urbano e tempo de espera entre um ônibus e outro. Pelotas não possui outro tipo de transporte coletivo urbano, como metrô ou trens. Assim, as informações das trabalhadoras indicam que, em geral, demoram no mínimo 30 minutos com deslocamento entre suas moradias até os locais de trabalho.

Apenas para contextualizar sobre deslocamentos e distâncias entre bairros, é importante salientar que o município tem, hoje, sete Regiões Administrativas, ou Bairros (PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS, 2018a), sendo estes divididos

em vários outros pequenos bairros<sup>29</sup>. O Arco-Íris faz parte da região Três Vendas, bem como Sanga Funda. O Jardim Europa, pertence ao Areal e a Cohab Fragata, à região Fragata.

Por ser uma cidade média (GREGOLETTO, 2017), as distâncias percorridas entre bairros não seguem os padrões de cidades grandes e metrópoles. Para cidades desse porte, um trajeto de 5 quilômetros entre bairros pode ser considerado longo, física e simbolicamente falando, ainda mais quando se trata de locais que não possuem meios de transportes ligando todos os pontos do município.

Atualmente, Pelotas se expandiu e zonas consideradas rurais há 30 anos, são totalmente urbanizadas, o que as tornam mais próximas (em deslocamento, em dispersão da urbanização urbana, expansão imobiliária – proximidade dos limites entre bairros) do centro. As regiões administrativas apresentam seus próprios centros comerciais, o que antigamente era realizado no centro (compras, consultas por questões de saúde, etc.), hoje pode ocorrer nos próprios bairros; os locais de trabalho seguem essa mesma lógica.

As trajetórias das domésticas interlocutoras abrangem essas épocas prévias à expansão imobiliária (mais intensa, especialmente a partir do início da década de 2000) e, portanto, suas narrativas apontam para distâncias físicas e simbólicas que, talvez, para trabalhadoras e trabalhadores atuais, não sigam a mesma lógica de demanda de tempo para os deslocamentos.

Ainda, saliento que essa expansão imobiliária, principalmente nos últimos 10 anos, acarretou na implantação de bairros de classe média e alta em meio a regiões antes consideradas populares. Assim, a periferia pobre do passado acolhe novos projetos de luxo. Isso pode fazer com que camadas economicamente diferentes da população acabem habitando mesmo espaços. Por outro lado, esses projetos podem acabar lançando moradores e moradoras de classes economicamente mais baixas desses locais para outros ainda não explorados pelos condomínios e bairros classe média e alta.

Trazendo dados históricos sobre os deslocamentos ou mobilidade das domésticas, temos a indicação de que no século XIX, o comércio de trabalhadoras e trabalhadores ocorria por meio de intermediadores, que possuíam casas especializadas em comprar, vender, alugar, trocar mercadorias e, também, mão de

---

<sup>29</sup> São elas: Areal, Barragem; Centro; Fragata; Laranjal; São Gonçalo; Três Vendas.

obra escravizada ou livre. Um exemplo de anúncio pode ser observado na figura 6, no qual consta o endereço de comerciante ou proprietário/a, ou mesmo da própria trabalhadora, que poderia fazer seu próprio anúncio, em alguns (poucos) casos (RODRIGUES, 2015).

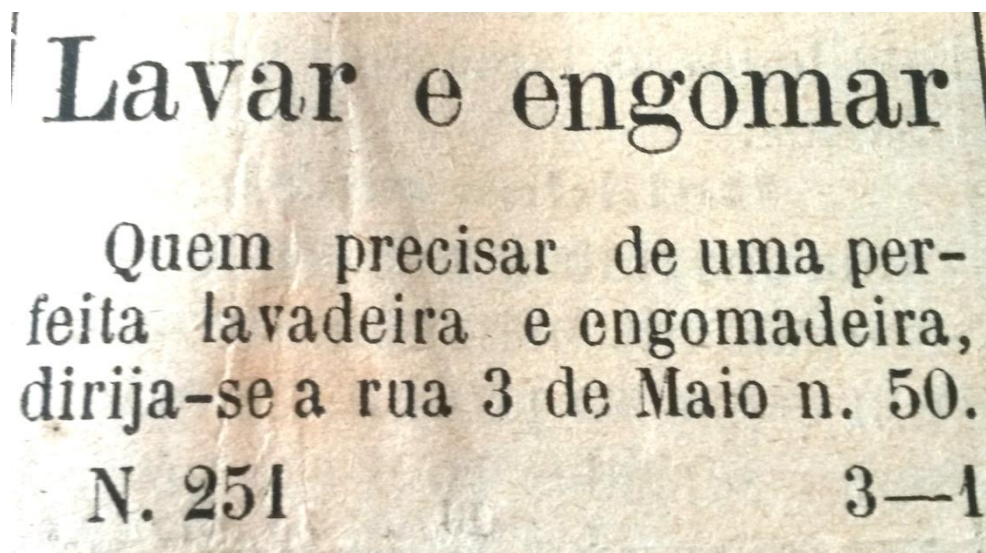


Figura 6 – Anúncio de lavadeira e engomadeira com informação de endereço para contratar (*Jornal Onze de Junho*, n. 10, quinta-feira, 12 de abril de 1888. p. 3).

Fonte: Foto da autora, 2014.

Através dos anúncios de jornais, é possível acompanhar o mapa de localização das ruas de comerciantes, que em muitos casos, eram os proprietários e proprietárias dessas pessoas trabalhadoras. A figura 7 é esse mapa elaborado a partir dos endereços constantes em anúncios de trabalhadoras e trabalhadores do século XIX (RODRIGUES, 2015, p. 132).

Dessa forma, ainda que não tenhamos os dados absolutos da localização de moradias das trabalhadoras, como temos de parte dos/as proprietários/as e de contratantes de serviços, podemos entender um pouco sobre os locais de trânsito dessas mulheres durante as ocupações laborais.



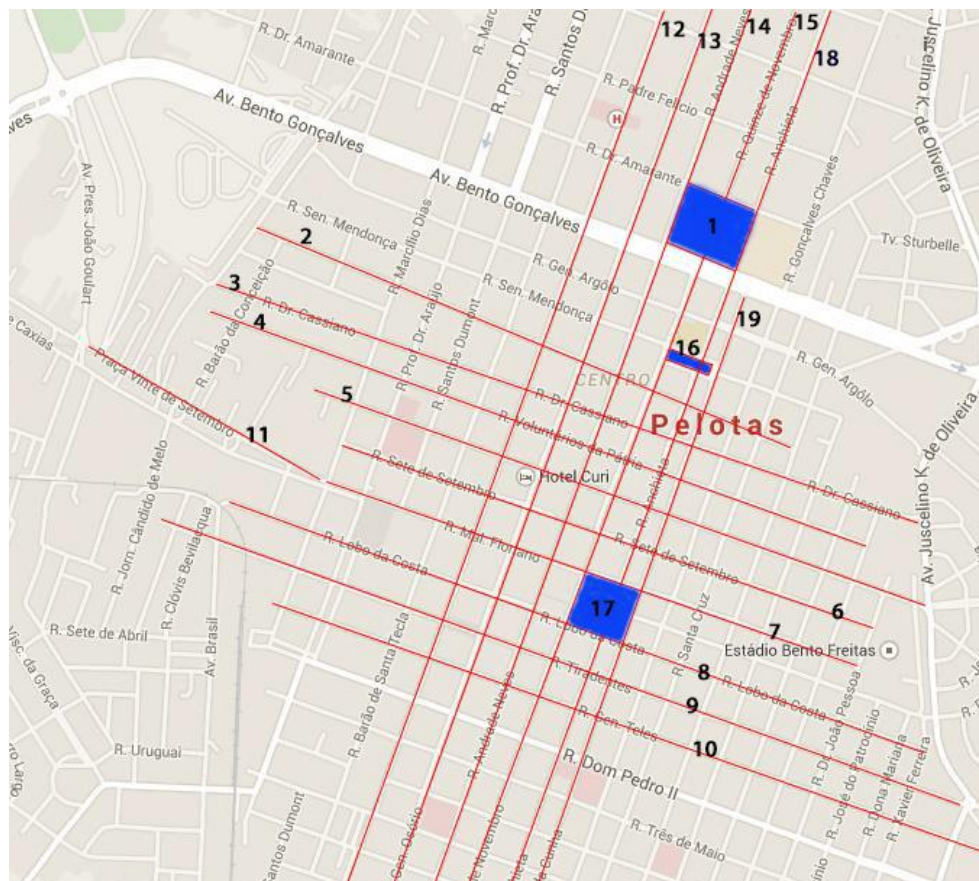


Figura 7 - Mapa de localização dos endereços de comerciantes (numeração das ruas correspondente ao anexo 1, conforme RODRIGUES, 2015)

Fonte: RODRIGUES, 2015, p. 132.

Sabe-se, através da História, que as trabalhadoras, escravizadas, libertas ou livres, poderiam habitar locais diversos da cidade (inclusive as casas de proprietários/as ou comerciantes), no entanto, as periferias são os locais onde a maioria acabava por residir.

Em Pelotas, com a decadência das charqueadas e a crescente expansão urbana, comercial e industrial, entre o final do século XIX e princípios do XX, desenvolvem-se os cortiços<sup>30</sup>, que eram habitações pouco ventiladas, de tamanho extremamente reduzido e com ocupações que extrapolavam o número de pessoas que inicialmente poderiam viver nesses locais, “num contraposto que demonstra as desigualdades sociais neste núcleo urbano”, já que essas residências estavam lado a lado com os casarões das elites da cidade e eram de propriedade de pessoas

<sup>30</sup> “O termo “cortiço”, inicialmente usado com intuito pejorativo, servia para definir as moradias coletivas de construção e conservação precárias, normalmente de um ou dois cômodos. Os cortiços foram a principal alternativa para as classes baixas da população urbana durante a expansão das cidades” (MACIEL, 2014, p. 11). O cortiço, muitas vezes, era a única habitação pela qual um/a ex-escravizado/a poderia ter a possibilidade de pagar aluguel (MACIEL, 2014).

mais abastadas economicamente, maioria comerciantes e industriais (MACIEL, 2014, p. 7).

As políticas higienistas – lideradas por governantes, muitos deles médicos – aplicadas para que se tivesse não só o controle sobre as questões de saúde, mas também como uma forma de manutenção do poder nas mãos da aristocracia, sobrepujavam as camadas mais empobrecidas e faziam com que os cortiços fossem fechados e suas/seus moradoras/es despejadas/os (MACIEL, 2014). Cabe lembrar que os casarões das camadas economicamente mais favorecidas, desde a escravidão, eram construídos de forma a fugir das regiões industriais, devido aos maus cheiros produzidos pelas charqueadas e, posteriormente de outras fábricas (velas, sabão, etc.) (ARRIADA, 1994; MACIEL, 2014; MAGALHÃES, 2013; RODRIGUES, 2015).

Não convém aceitar a ideia de que os grupos minoritários não se organizavam para resistir às imposições das decisões dos grupos governantes em todo o país; havia movimentos de disputas territoriais especialmente no que tange à urbanização e localização das moradias em Pelotas na virada do século XIX para o XX (MACIEL, 2014). E, ainda, há movimentos de resistências das próprias trabalhadoras domésticas, como indica Maciel (2016), elas não estavam pacíficas em relação às demandas das elites.

Há, contudo, algumas constantes nesse universo das domésticas, há a questão da pobreza implicada; se durante a escravidão as mulheres no trabalho doméstico trocavam seus serviços, muitas vezes sem a opção de escolha, por casa e alimentação, o pós-abolição deu continuidade a esse sistema. Ainda que ocorressem movimentos variados de resistência, a preocupação com seu sustento e de suas famílias eram um fator que levava a aceitação de alguns termos. Assim, muitas trabalhadoras dormiam em seus locais de serviço, por exigência de contratantes ou por falta de opção de moradia. Quando havia a possibilidade de a doméstica conseguir manter-se através de seus serviços, ela possivelmente habitaria as regiões distantes do centro e das casas mais abastadas (COSTA, 2013; JIMENEZ, 2016; MACIEL, 2016; RODRIGUES, 2015; TELLES, 2011).

No mundo contemporâneo, muitas dessas questões, como temos observado amiúde, se mantêm. Alguns casos sobre moradias e deslocamentos serão apontados a seguir, com narrativas sobre o tempo dos trajetos entre moradia e local de trabalho, a paisagem nesses trajetos, a forma de deslocamento e as diferenças

entre as casas onde trabalham e suas moradias. Foram pensados quatro mapas simples, apenas para apontar os bairros de moradia e o centro da cidade; são mapas separados por bairros para melhor visualização de distância e de localização geográfica. Saliento que o uso das informações sobre as trabalhadoras, sobre suas moradias e suas narrativas, bem como seus nomes reais, foi autorizado pelas trabalhadoras.

### 3.1.1. No Bairro Arco-Íris – Rejane e Vanessa

O Bairro Arco-Íris é localidade de moradia de duas interlocutoras deste estudo. Atualmente, é um bairro em expansão, no entanto há poucos anos era considerada uma área praticamente rural.

Tu ainda vê cavalos pastando, olha lá no campinho [aponta para um cavalo em uma praça em frente à sua casa], às vezes tem até vaca ali na frente. Quando a gente tem as ovelhas pros Orixás e eles não querem, a gente acaba tendo que ficar com elas e aí elas vão ali pro pasto durante o dia. Aqui ainda tem isso, mas agora tá melhor, antes não tinha nem asfalto, era tudo chácara quando eu vim morar. Claro, tinha já as casinhas de cohab aqui, mas era mais de gente que trabalhava no CAVG<sup>31</sup>.

Rejane Reis é ex-trabalhadora doméstica, moradora do bairro Arco-Íris há mais de vinte anos, e mãe-de-santo em sua casa de Nação Cabinda e Umbanda<sup>32</sup>, cujos espaços religiosos se localizam em dois salões<sup>33</sup> nos fundos de sua casa. A casa da família é própria, habitada por ela, seu marido e um filho; não raro suas netas e netos permanecem longos períodos sob seus cuidados e, diversos dias ao longo do ano, filhas e filhos-de-santo dela, parentes e amigas/os ficam hospedados também. A casa principal (sem os dois espaços religiosos) tem aproximadamente 60 m<sup>2</sup>, com uma sala/sala de janta, cozinha, banheiro e dois dormitórios; um segundo

---

<sup>31</sup> CAVG – Conjunto Agrotécnico Visconde da Graça (hoje faz parte do conjunto do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense/IFSUL) – que fica em frente à entrada principal do bairro Arco-Íris.

<sup>32</sup> Não se pretende com este estudo levantar as questões religiosas, porém elas são parte da vida das interlocutoras e aparecem nas entrevistas e nas observações dos espaços durante as conversas.

<sup>33</sup> Há um salão para Umbanda e um salão para as atividades da Nação, como acontece comumente nas casas de tradição religiosa africana em Pelotas (informações relatadas por interlocutores e interlocutoras no âmbito do Projeto Terra de Santo: Patrimonialização de Terreiro em Pelotas – coordenado pela Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Louise Prado Alfonso, desde 2016. Este projeto de extensão também está vinculado ao GEEUR).

piso começou a ser construído por Zeca, marido de Rejane, no entanto, por falta de verba e por problemas de saúde ele precisou abandonar a obra por um tempo.

Quando o espaço se torna pequeno, colchões são colocados nos salões para que visitantes possam passar um tempo com a família de Rejane. Com problemas de lesões que incluem bursites e tendinites nos braços, precisou parar de trabalhar com limpeza por volta dos 30 anos de idade, dedicando-se, então, inteiramente à sua casa religiosa. Quando estava em atividade de doméstica, costumava pegar um ou dois ônibus urbanos para chegar aos locais de trabalho, todos no centro da cidade. Morou próximo ao centro com sua mãe até a adolescência. Após, quando na casa dos 20 anos se casou, mudou-se com seu marido para o bairro Arco-Íris, onde habita parte de sua família – primas e primos, tias e tios, filhos e sobrinhas/os.

Também neste bairro reside Vanessa Rodrigues<sup>34</sup>, trabalhadora que atua como diarista (sem carteira assinada), e costuma utilizar sua bicicleta como meio de transporte na cidade. Mesmo nos dias de chuva, Vanessa se desloca com esse meio, não costumando usar transporte coletivo. Ela fala que, em alguns casos, quando há chuva e é intensa, os contratantes dos serviços costumam oferecer carona, mas nem sempre aceita, pois muitas vezes precisa deixar a bicicleta no local em que fez a faxina e buscar no outro dia – lembrando que a jornada de trabalho para as diaristas, em geral, começa por volta das 8, 9H e termina, no mínimo, às 18H. Vanessa trabalha de segunda a sábado, em alguns casos até no domingo, a partir do turno da tarde. Atende casas nos bairros Areal e Três Vendas, porém todas em regiões próximas à Avenida Dom Joaquim, região considerada zona nobre em Pelotas, com presença de casas de alto padrão imobiliário. Também atende casas no centro da cidade. Vanessa conta, ainda, que membro da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias (religião mórmon), e muitas de suas patroas são membros dessa mesma igreja. Todos os seus trabalhos foram conseguidos através de indicações por meio das pessoas que participam dessa igreja.

Para o deslocamento do bairro Arco-Íris, tanto na rua onde Rejane mora (e onde já morava quando ainda atuava no trabalho doméstico), localizada no ponto mais distante do bairro em relação ao centro da cidade, quanto na rua em que Vanessa mora, que fica mais no início do bairro, demora-se aproximadamente 30

---

<sup>34</sup> Vanessa foi a única trabalhadora branca com quem conversei fora das oficinas de 2014 já citadas acima.

minutos até o Centro<sup>35</sup>, podendo levar mais tempo, dependendo da intensidade trânsito. O percurso entre o ponto mais distante desse bairro e o Mercado Público de Pelotas, ponto conhecido como central da cidade, corresponde a aproximadamente 10 quilômetros, apontados pelas interlocutoras como sendo a média percorrida entre suas moradias e seus trabalhos, ao longo de suas trajetórias como domésticas.

Utilizamos o Mercado Público como referência por ser considerado um ponto central da cidade pelas trabalhadoras. Muitos ônibus urbanos passam e param ao lado do Mercado ou se deslocam em ruas imediatamente paralelas ao Mercado. Ainda que as trabalhadoras não desempenhassem suas atividades em casas localizadas exatamente próximas a esse ponto de referência, ele é entendido como um marco para elas, seja nos dias de trabalho, seja nos dias de folga em que vão ao centro comercial para comprar mercadorias para seu consumo ou, no caso de Rejane, também para sua casa religiosa. Apenas como informação, o Mercado Público sofreu mudanças significativas desde 2013 com reformas realizadas pela Prefeitura. Um ambiente que antigamente acolhia casas comerciais populares se tornou abrigo de bares e lojas mais voltados para as classes médias da cidade. No entanto, o entorno do Mercado ainda é ponto de lojas populares, incluindo algumas especializadas em artigos religiosos de matriz africana; além disso, o Mercado permanece sendo a referência para Casas de Matriz Africana, e isso é o fato de interesse, pois muitas trabalhadoras são membros e líderes dessas Casas<sup>36</sup>.

---

<sup>35</sup> Essas informações são das próprias interlocutoras e se referem aos deslocamentos de transporte coletivo – ônibus, e de bicicleta, pois são os meios de locomoção usados por elas.

<sup>36</sup> Informações pessoais de Rejane Reis à autora.

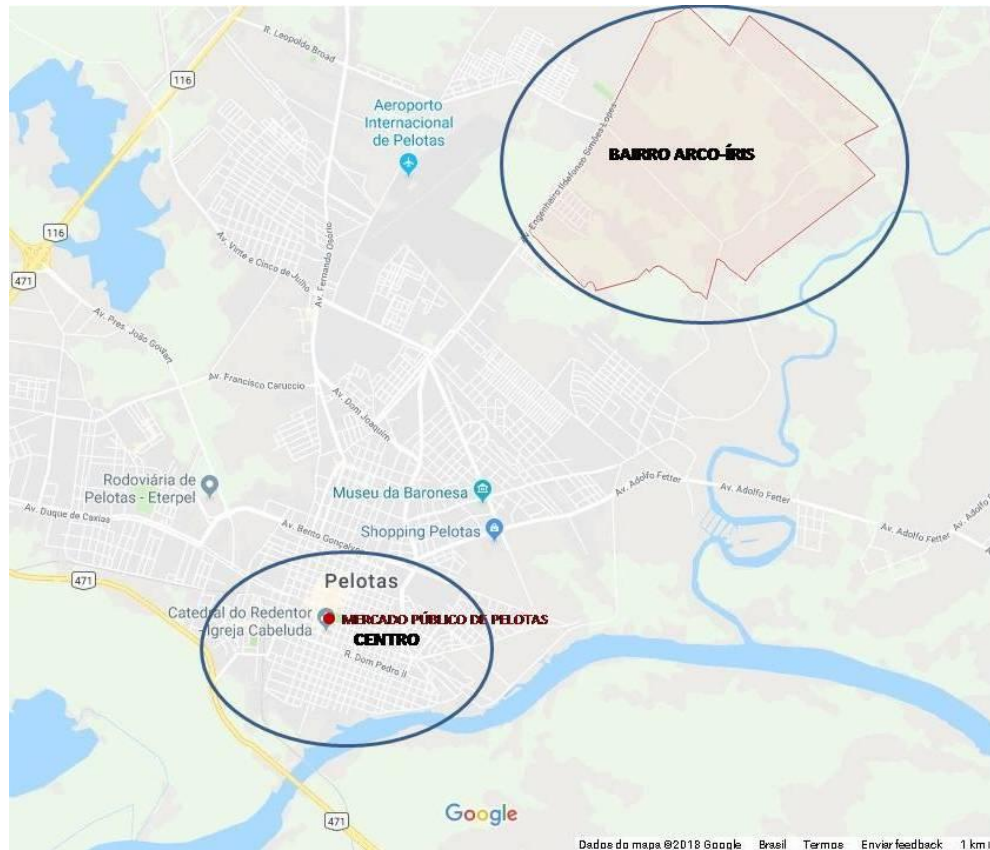


FIGURA 8 – Mapa de localização do Bairro Arco-Íris e do Centro de Pelotas

Fonte: Google Maps, 2018.

### 3.1.2. No Bairro Sanga Funda – Luzia

Luzia, filha e Rejane, é diarista<sup>37</sup>, sem carteira assinada, e moradora do bairro Sanga Funda, mais distante do centro ainda que o Arco-Íris. Sua casa é alugada e já precisou morar com sua mãe por tempos em que não conseguia trabalhar ou seu marido estava desempregado. Além dela e seu marido, moram uma filha e um filho, ambos menores de 5 anos de idade, em uma casa que também possui em torno de 60 m<sup>2</sup>; um espaço aberto abriga sala e cozinha com telhado de fibrocimento<sup>38</sup>, sem forro o que causa um “grande calor, ainda mais nessa época do ano!”<sup>39</sup> (LUZIA, 2016). Além dessa peça, há um dormitório sem porta, com uma cortina de tecido como divisória, e um banheiro.

<sup>37</sup> Em geral, as diaristas se referem a si mesmas como faxineiras.

<sup>38</sup> Conhecido popularmente por Brasilit – uma das marcas comerciais desse tipo de cobertura.

<sup>39</sup> Essa conversa ocorreu em dezembro de 2016.

Luzia é membro da Casa de Yíá Rejane de Iemanjá, apesar de não mais participar das atividades da Umbanda (por ocorrerem à noite, toda segunda-feira, e há o problema do transporte para chegar e sair das reuniões). Já trabalhou com carteira assinada, quando tinha seus direitos de doméstica assegurados; porém ela diz que com “a pressão das leis, ninguém quer mais assinar carteira, então, pra mim fica melhor trabalhar por dia, somando o que eu ganho em cada casa, é melhor que ter salário fixo<sup>40</sup>” (LUZIA, 2016). Quando Luzia fala sobre não ter carteira assinada, conta que isso acarreta na falta de vale-transporte para seus deslocamentos, uma das problemáticas constantes no trabalho doméstico. Ela costuma usar transporte coletivo – ônibus urbano, para chegar ao local de trabalho, e, às vezes, precisa de três ônibus diferentes para chegar aos locais das faxinas, o que pode demandar em até uma hora e meia, da saída de sua casa, até o trabalho. Além do trajeto no coletivo, ela precisa andar aproximadamente 10 minutos até a primeira parada.

Isso quando eu não perco o ônibus... ainda mais com essa mudança de pintarem os ônibus tudo da mesma cor. Antes, de longe a gente enxergava qual era a empresa, agora tem que chegar pertinho pra ver o nome ali na testa do ônibus. Pra quem ainda enxerga bem, tá tudo certo, mas, por exemplo, pra minha vizinha que também faz o mesmo serviço que eu, se eu não to junto, ela perde o ônibus. Isso já aconteceu mais de uma vez. Isso não tá certo com quem trabalha, eles botam tudo da mesma cor e de longe a gente não vê... Essa mudança foi muito ruim, todo mundo faz a mesma reclamação (LUZIA, 2016)<sup>41</sup>.

O bairro em que Luzia mora tem praticamente todas as ruas sem pavimentação e sem iluminação, são ruas de terra batida e fica em uma região de fronteira com a zona rural do município. A distância entre a casa de Luzia e o centro da cidade é de aproximadamente doze quilômetros, percurso quase impossível de ser realizado a pé. Como Luzia não possui outro meio de transporte, precisa chegar ao trabalho de coletivo.

---

<sup>40</sup> Esse apontamento é recorrente nas falas das trabalhadoras: ainda que não atentem para as questões de pagamentos de previdência, entre outros possíveis benefícios, muitas acreditam que o valor das diárias é maior que o montante advindo de um trabalho fixo, e não observam seus direitos como diaristas, por receio de ficarem sem um emprego remunerado. Sobre isso, Ernestina, ex-presidente do Sindicato, costuma falar na necessidade de as diaristas, bem como as terceirizadas, saberem de seus direitos para criarem movimentos que combatam as explorações recorrentes nessa profissão.

<sup>41</sup> A padronização da cor dos ônibus da frota urbana de Pelotas, desde 2016, faz parte das mudanças ocorridas do setor de transporte urbano pela Secretaria de Transporte e Trânsito (STT). Mais informações no site: <http://www.pratipelotas.com.br/melhorias/frota> e no site

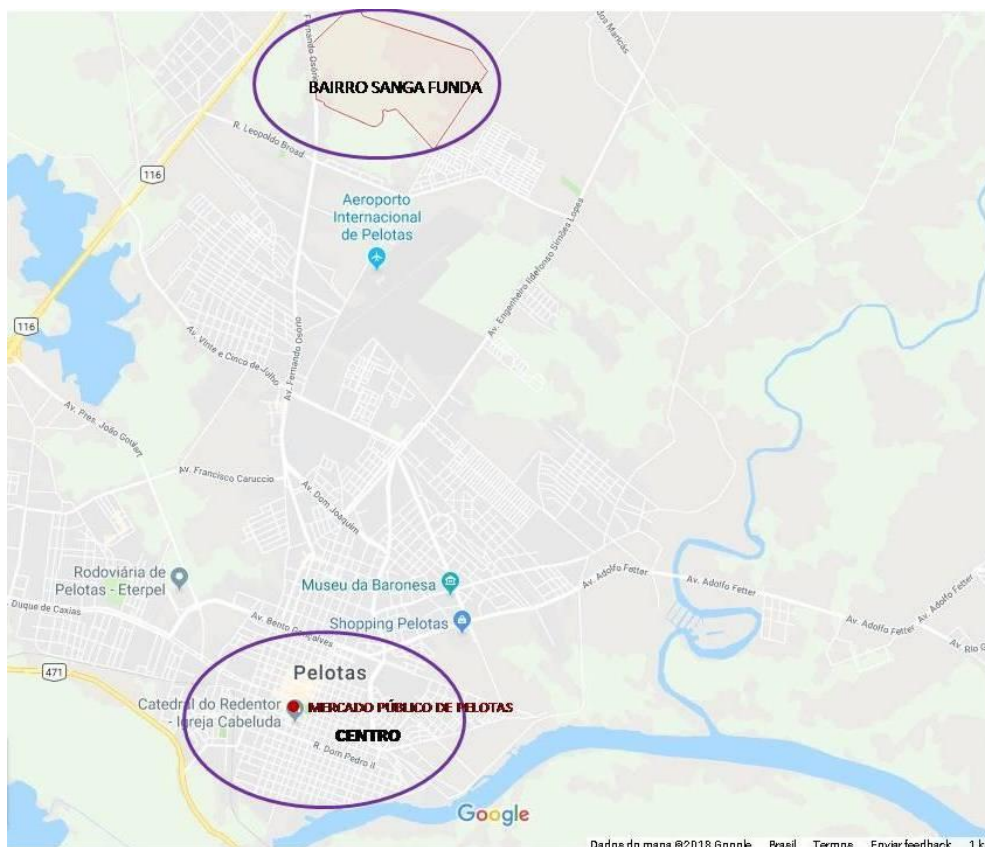


FIGURA 9 – Mapa de localização do Bairro Sanga Funda e do Centro de Pelotas

Fonte: Google Maps, 2018

### 3.1.3. No Bairro Jardim Europa – Gisa

Além das moradoras dos bairros Arco-Íris e Sanga Funda, uma das entrevistadas é residente do Bairro Jardim Europa. Este bairro está distante aproximadamente 5,2 quilômetros do Mercado Público de Pelotas e demanda um tempo aproximado de 20 minutos no mínimo, para deslocamento entre esses pontos.

Gisa Soares de Freitas, Yjá Gisa D'Oxalá, também é líder de uma casa de matriz africana de Nação Cabinda e de Umbanda, e vem de uma família de trabalhadoras domésticas. Sua mãe, Maria Amândia, natural do Boqueirão – localidade de São Lourenço – era trabalhadora doméstica e sua tia, Jandira, também estava presente na entrevista e é ex-trabalhadora doméstica.

Gisa acompanhava sua mãe e sua tia quando ainda era criança nos trabalhos domésticos em Pelotas e acabou trabalhando em algumas casas junto com sua



mãe, fazendo faxinas durante as férias do colégio. Quando já era adolescente, continuou a fazer faxinas com sua mãe, mas já tinha um trabalho fixo, aos sábados, também como doméstica em uma casa de família. Gisa lembra que o primeiro trabalho de sua mãe foi em uma casa na rua Andrade Neves, próximo ao Hospital de Beneficência Portuguesa. A esse serviço, seguiram-se vários outros locais, todos no centro da cidade.

A família da Gisa, sua mãe e tia, nunca precisaram dormir no trabalho. Mas em todas as casas havia a dependência de empregada, sempre em tamanho bem reduzido em relação ao tamanho total da casa. Em uma das casas que sua mãe trabalhou, Gisa diz que podia circular pela residência, quando era criança:

“Até a madrinha... a filha mais moça dela [da patroa de sua mãe] era minha madrinha de crisma. Então antigamente era muito... essa gente rica ter uma negrinha, sabe? Então, eu vivia circulando com eles porque, era a negrinha, era um amuleto da família rica ter uma negrinha. [...] Eu não trabalhava, não botava a mão em nada, eu vivia assim, vestidinha, arrumadinha... Bibelô. Porque eu a bem dizer nasci por lá e fui pequena” (GISA, 2015)

Ela conta que os deslocamentos sempre foram feitos de ônibus ou a pé, sendo a grande maioria a pé mesmo, por falta de verba para o pagamento do transporte coletivo.

Na época, há mais de 50 anos, moravam em um chalé de madeira, alugado, com quem dividiam com uma tia. Ficava no mesmo bairro de sua residência atual. A mãe e filha moravam na parte dos fundos, era uma única casa, uma peça grande dividida com um guarda-roupas, a porta, era uma porta-janela, a única abertura realmente com iluminação, segundo Gisa. “Era uma casa pobre, assim, tu comia no chão, a água ficava numa *táia*<sup>42</sup>” (GISA, 2015).

Com o passar do tempo, houve mudanças significativas em suas vidas e Gisa pode estudar e tornou-se funcionária da Universidade Federal de Pelotas, conta que todas as mudanças foram por conta de seguirem as indicações da religião. Gisa e seu marido têm uma filha e um filho e possuem casa própria, além de manterem o centro religioso que lhes foi passado por um tio de Gisa. Sua mãe, quando já se encontrava doente, chamou Gisa e disse que precisava pedir desculpas porque

---

<sup>42</sup> A *táia* ou talha é um recipiente de cerâmica, cilíndrico, tipo vasilhame, com grande dimensão (em torno de 70 cm de altura) utilizada para armazenagem de água fresca para consumo especialmente nos tempos em que não havia geladeira.

passou mais tempo com os filhos e filhas de outras pessoas do que com sua própria filha, devido às demandas de tempo que o trabalho doméstico impõe.

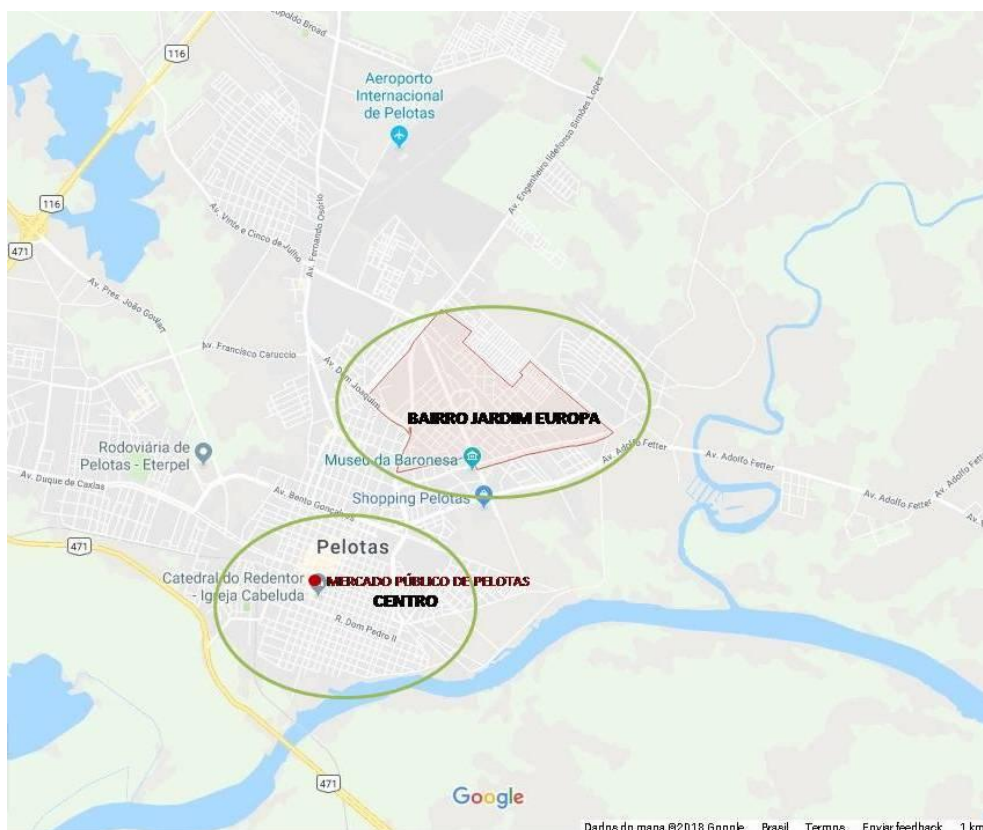


FIGURA10 – Mapa de localização do Bairro Jardim Europa e do Centro de Pelotas

Fonte: Google Maps, 2018.

### 3.1.4. No Bairro Fragata (Cohab Fragata) – Eva

Dona Eva é uma trabalhadora aposentada, moradora da Cohab Fragata. A distância entre a Cohab Fragata e o Mercado Público é de pouco mais de 10 quilômetros. Dona Eva nos conta que não é necessário pegar mais de um ônibus para chegar ao centro, mas esse coletivo, às vezes, pode demorar até chegar à parada próxima a sua casa. Eva é católica e faz patê de um coletivo de mulheres da Comunidade São Judas Tadeu, do Bairro Fragata.

Esta ex-trabalhadora começou nas atividades domésticas com quinze anos após fugir do Arroio do Padre<sup>43</sup>, onde morou com sua mãe. Antes, sua mãe trabalhava como doméstica no centro, nos casarões de famílias ricas. Nessa época,

<sup>43</sup> Hoje município, emancipado de Pelotas em 1996. Antes, era o 10º distrito de Pelotas, na zona rural.

moravam entre o Bairro Fragata e o Bairro Simões, não longe do centro. Porém, com uma enchente que houve, a família perdeu a casa e todos os seus pertences. Com isso, acabaram por trabalhar em fábricas, lavouras e com vacas de leite, além de outros serviços domésticos no Arroio do Padre. Primeiramente, a família habitava uma casa separada da sede da família contratante, uma habitação, um rancho de barro, chão batido e cobertura de cola-de-sorro<sup>44</sup>, “era bem quentinho, bem limpinho aquele chão batido” (EVA, 2016); depois moraram em uma casa de madeira. Após o abandono do pai, Eva, sua irmã e sua mãe passaram a morar na casa da sede, que era, também, uma pousada com restaurante, um prédio grande. Eva tinha mais um irmão, que foi levado pelo pai, quando este se mudou para a cidade.

Enquanto a mãe era viva, até aproximadamente seus 10 anos de idade, elas residiam no Arroio do Padre. Com a morte da mãe, Eva e sua irmã continuam por um tempo nessa localidade habitando um quarto que, por vezes era preciso ceder aos hóspedes, restando para as irmãs, dormir na peça destinada a passar e engomar roupas.

Quando tinha em torno de 14 anos, ela foge para a cidade e começa a trabalhar como doméstica em uma casa em troca de um lugar para dormir e alimentação. Por muito tempo foi trabalhadora fixa ou diarista, mas nunca com todos os seus direitos sendo cumpridos.

Hoje, Eva é aposentada e mora em casa própria, que tem aproximadamente 60 m<sup>2</sup> (tamanho aproximado de casas de Cohab), com dois quartos, sala, banheiro e cozinha.

---

<sup>44</sup> *Cortaderia selloana* sp.- planta comum na zona rural no Rio Grande do Sul.

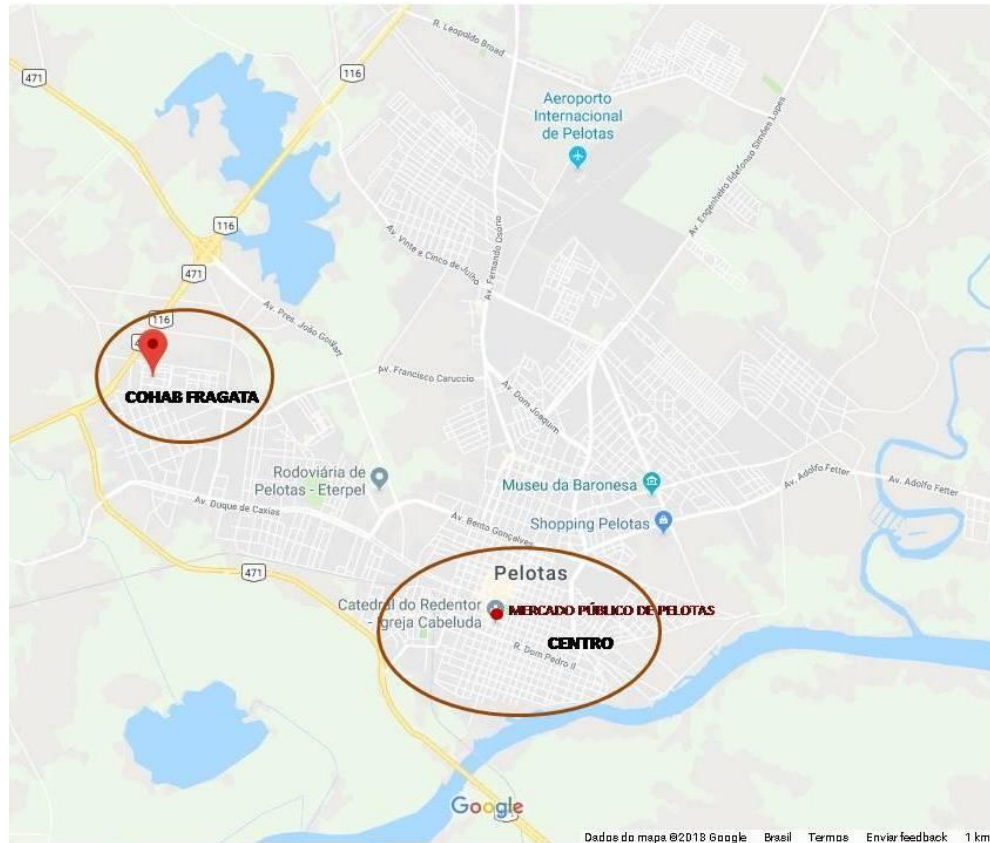


FIGURA 11 – Mapa de localização do Bairro Jardim Europa e do Centro de Pelotas

Fonte: Google Maps, 2018.

A ideia de apresentar alguns locais de moradia das interlocutoras é para ilustrar parte do que chamamos de permanências do passado, da indicação das classes empobrecidas sendo oprimidas e empurradas para as regiões mais periféricas da cidade, para as regiões menos valorizadas no setor imobiliário, como apontam Maciel (2014), quando fala sobre os cortiços pelotenses, e Orser (2011) sobre as semelhanças das pobreza em diferentes lugares.

Uma das características do trabalho doméstico: há, quase sempre, o deslocamento das trabalhadoras das regiões de periferia para as regiões próximas ao centro ou em bairros considerados zona nobre. Esse deslocamento é dispendioso, tanto de tempo, pois podem demorar até chegarem ao local de trabalho quanto de valores monetários, o que é comum em vários setores trabalhistas. A diferença do trabalho doméstico é ainda é mal remunerado, informal e entendido como algo não profissional, enfatizando na categorização de um subemprego.

Os mapas de mobilidade, os locais de moradia, as distâncias percorridas pelas trabalhadoras são fatores que parecem ocorrer em uma sobreposição, do

século XIX aos dias atuais (RODRIGUES, 2015). Os endereços indicados no mapa na figura 7 (século XIX) correspondem ao centro de Pelotas, local em que a maioria das trabalhadoras ainda atua (século XXI) nos serviços de limpeza, tanto em casas de famílias, quanto como terceirizadas em empresas especializadas.

Não parece haver diferenças significativas quando observamos o trânsito dessas mulheres no passado e nos dias de hoje, pois a maioria dos endereços de trabalho que as domésticas do presente informam, são os mesmos que aparecem no período escravista: o centro da cidade. A repetição ocorre nos locais de moradia e nos locais de trabalho, no que diz respeito aos espaços habitados (moradia e trabalho) pelas trabalhadoras domésticas.

As seis interlocutoras trabalharam ou trabalham informalmente, portanto enfatiza-se a questão do deslocamento para além do trajeto físico. Há o problema dos valores investidos com passagens os quais acabam sendo altos, sobrando um valor líquido mensal para a trabalhadora que, como diz Luzia, “mal compensa trabalhar, mas de qualquer forma eu preciso, né, sem esse dinheiro não daria nem pra comprar um mínimo de comida” (LUZIA, 2016).

Os trajetos percorridos diariamente, sendo mais próximos ou mais distantes acabam de alguma forma demandando valores para o transporte e um tempo de deslocamento que pode acarretar em boa parte do tempo do dia dessas mulheres.

### **3.2. Espaço público / espaço privado**

Se em geral nas profissões existem delimitações sobre o que é espaço público e o que é privado, no trabalho doméstico essa lógica pode não estar presente.

As trabalhadoras no passado estavam desempenhando atividades que poderiam ser estritamente ligadas ao ambiente interno, como a limpeza das peças das casas, a cozinha, a especialização da engomadeira, ama de leite, ao ambiente externo, como a quitandeira e a lavadeira (que utilizava os córregos d'água para a lavagem das roupas) (RODRIGUES, 2015).

Essa variabilidade do trabalho doméstico entre ambiente externo e interno reflete em uma permeabilidade nas categorias público e privado. Algumas falas das trabalhadoras convergem para essa questão, inclusive quando está em questão a

casa em que se trabalha, com a dependência da empregada e a sua própria casa.

Vejamos:

Em todos os lugares que eu trabalhei tinha o quartinho [a dependência de empregada]. Ali eu até me sentia mais à vontade pra ficar, porque o resto da casa é como se fosse uma loja, um comércio, sabe? Eu to ali limpando, mas não vou ficar parada, fazendo nada dentro da casa dos outros. A casa não é minha. Mas o quartinho é meu. Quer dizer, eu sei que não é meu, mas quando eu to ali, ele é meu (LUZIA, 2016).

Para além da questão de uma situação de propriedade – a casa da trabalhadora e a casa na qual trabalha – parece existir uma situação de conforto. O espaço público é aquele compartilhado, nem sempre por todas e todos, é o ambiente de exposição, em que não se pode ficar à vontade ou no qual é necessário que se cumpra algumas exigências das estruturas sociais (COLLIER Jr. 1973).

Parte da casa da família contratante é entendida como pública, em que há de se seguir determinados comportamentos públicos, além daqueles específicos esperados por uma trabalhadora doméstica: de submissão social, de distanciamento das relações íntimas (ainda que alguns/mas contratantes digam que as consideram como da família), de discrição. A trabalhadora não permanece ali, ela circula enquanto está limpando ou passando de uma peça da casa à outra, salvo em casos como o apresentado pela Gisa, que tinha livre acesso ao ambientes porque “era a negrinha bem vestidinha, bonitinha” da casa.

Jimenez (2016) traz uma questão sobre a casa em que se trabalha e a casa em que se mora:

A casa pode ser considerada um espaço único, que corresponde aos mais íntimos sonhos, desejos e comportamentos de um indivíduo. É nesse espaço que não temos receio de nos expor completamente, sem medo de causar qualquer constrangimento, é onde colocamos nossa roupa mais velha e nos sentimos bem, é onde passamos cremes na cara e no cabelo e deixamos agir por minutos, horas - mesmo que estejamos parecendo fantasmas -, é em nossa casa que nos comportamos como somos sem medo do julgamento alheio. É por isso que existe certa complexidade de expor à outras pessoas o que acontece neste território de intimidade (JIMENEZ, 2016, p. 94-95) .

Assim, a própria casa das trabalhadoras é valorizada e lembrada como um ambiente em que se tem mais liberdade, onde se podem extravasar seus comportamentos, enquanto a casa da patroa é o local de contenção (JIMENEZ, 2016).

Lembrando de Battle-Baptiste (2011), quando aponta os espaços domésticos sendo ampliados para a rua, podemos apresentar a narrativa de Vanessa (2015) quando fala que muitas vezes não tem tempo para resolver as questões familiares em casa mesmo, por não conseguir ficar com sua família:

Quando eu não consigo conversar pelo celular – tu viu, né? Eu passo boa parte do tempo de faxina conversando com a minha filha e resolvendo as coisas de casa pelo celular. Só ligo aqui nos fones e vou faxinando e conversando, tu deve até me achar meio louca parece que eu to falando sozinha! – quando eu não consigo, tem uns lugares que me pedem pra eu fazer compra no super, eu vou lá e faço, aí, já aproveito pra comprar lá pra casa também e acabo pedindo pra alguém de casa ir ali me encontrar, levar as coisas pra casa. Já aproveito e resolvo o que dá na rua (VANESSA, 2015).

Esse exemplo de Vanessa não é o único. Em conversas, fora das entrevistas, algumas trabalhadoras apontam para os macro-atacados, supermercados e outros pontos comerciais como locais de sociabilidade e encontro com outras domésticas ou mesmo como locais de saídas com a família. Nas oficinas no Sindicato em 2014, algumas sindicalizadas apontaram um dos macro-atacados da cidade como um ponto de referência para a categoria, pois era onde várias costumam fazer suas compras domésticas mensais e semanais.

Além das questões referentes às atividades em casas particulares, há os serviços de limpeza oferecidos por empresas especializadas em terceirização. Não foi abrangido neste estudo essa categoria, mas ela pode entendida como trabalho doméstico também. Parece que todas as atividades de limpeza envolvendo determinados ambientes, particulares ou público, podem ser associadas ao trabalho doméstico, porém, isso necessitaria de outra investigação.

### **3.3. A divisão dos espaços e dos artefatos/objetos**

Como já mencionado, os espaços dentro das casas contratantes são hierarquicamente divididos, e indicam muitas permanências do passado, que podem ser observados através das narrativas das trabalhadoras.

[...] os espaços ocupados por elas e por seus/suas contratantes aparecem bem delimitados na casa, há separações de objetos de uso pessoal e a alimentação muitas vezes pode ser diferente das refeições usuais de outras/os habitantes da casa onde ocorre o trabalho (RODRIGUES e ALFONSO, 2015, p. 12).

A arquitetura das casas de classe média ainda são pautadas em um conceito europeu, advindos de um programa civilizador pautados nas práticas e comportamentos aristocratas e das burguesias da Europa (HOMEM, 1996, *apud* JIMENEZ, 2016, p. 91). Isso implica nas relações de poder e subalternidade sobre as quais já temos falado.

Foucault (1987), fala que hoje, diferentemente dos aprisionamentos no passado, as torturas não são dos corpos, são aprisionamentos e torturas da alma. Com isso entendemos que no mundo social, as vigilâncias são constantes, o que é comum na vida das trabalhadoras domésticas. Aplicar uma política social de divisão dos espaços é manter-se no poder, é ter o controle de sua própria casa e, como aponta Brites (2007), manter-se longe da pobreza e da sujeira, sempre atribuídas às atividades domésticas.

No filme *Que Horas Ela Volta?* (2015), há uma cena em que a trabalhadora (personagem da atriz Regina Casé), apresenta à sua filha que havia chegado do interior do Nordeste a São Paulo a casa na qual trabalha e reside. Ela mostra em quais locais podem permanecer e em quais devem só passar. Essa ficção mostra uma realidade corriqueira para as trabalhadoras.

Assim, os relatos apresentam constantes como: sala, dormitórios da família, escritórios ou bibliotecas, são espaços por onde as domésticas permanecem apenas no momento da limpeza ou quando são chamadas, e isso inclui, inúmeras vezes, até mesmo a entrada para a casa.

Trabalhei em casas que tinha que entrar pela área de serviço, tu não comia a mesma comida; mas eu também trabalhei em casas de pessoas maravilhosas que me ajudaram muito, mesmo. Então a gente não pode botar todo mundo num saco só, mas tem casos e casos. (Narrativa de sindicalizada durante a 1ª oficina MUARAN/Sindicato, 2014)

Ficar, ficar, eu até poderia ficar na sala. Mas eu vejo quando me olham atravessado e prefiro que isso não aconteça. No máximo, fico na cozinha, mas só quando o pessoal da casa não tá ali (Vanessa, 2015).

A cozinha pode ser um ambiente intermediário. Jimenez (2016) observou que nessa peça pode haver uma maior troca social entre patroa e doméstica, e, ainda que não haja sempre total harmonia, é um espaço em no qual

o ato de preparar a comida aproxima os dois lados. Contudo, isso não quer dizer que as domésticas e patroas experienciam harmonia



total durante a ação de cozinhar. Porém, na hora de preparar os alimentos, entre muitas domésticas e suas patroas, pareceu-me, em um primeiro momento, vigorar certa cumplicidade, sem que se possa, no entanto, afirmar categoricamente que persista uma trégua na subalternidade entre elas (JIMENEZ, 2016, p. 26).

O sentar-se à mesa, no entanto, é algo que pode acarretar nas divisões, mesma dentro da cozinha. Trabalhadoras costumam fazer as refeições em pé, ao lado do fogão, não deixando de trabalhar enquanto se alimentam. Ou, então, fazem suas refeições após a família já ter almoçado ou jantado (JIMENEZ, 2016; RODRIGUES, 2015)

Além dos espaços, há separação dos artefatos e objetos. Nas oficinas com as trabalhadoras no Sindicato em 2014 muitas domésticas contaram que talheres, copos, louças comumente são separadas dos objetos de uso da família. Em alguns casos, até mesmo o papel higiênico e o sabonete eram de marcas diferentes. A intimidade de se trabalhar durante muitos anos dentro de uma mesma casa parece não alterar essa hierarquia que se apresenta por meio dos objetos (RODRIGUES, 2015).

As exigências quanto à limpeza dos espaços também é um fator trazido pelas trabalhadoras. Nas entrevistas, houve lembranças de patroas que exigiam que o chão fosse limpo não com vassoura, rodo ou outro artefato que não fosse tão prejudicial à saúde, mas sim, com a doméstica agachada, com joelhos no chão, porque essa é a forma mais “adequada, quando se quer um chão bem limpo” (VANESSA, 2015).

Quando eu fazia faxina com a minha mãe, em uma das casas, tinha aqueles lustres de cristal, e quando acendia a luz, aquilo tinha que fazer assim “titititit” [Gisa imita, com sons, o barulho e o brilho que deveriam ter os cristais limpos]. Eu fui conhecer cristal nessa casa! Ficava imaginando se um lustre de cristal ia ficar bem num chalé com divisão de roupeiro! [risos] (GISA, 2015).

Vanessa ainda aponta para outro fator sobre a tentativa de imposição de poder sobre ela a partir de seu uso particular do celular. Ela costuma passar muito tempo ouvindo música ou, mais tempo ainda, falando com sua filha que tem problema de saúde e necessita de atenção praticamente o dia todo. Um contratante queixou-se de que sua limpeza não estava ficando boa e relacionou com o uso do celular, para ele, o tempo que ela fica falando no celular, não permite que ela faça um bom serviço.

Em todas as casas que eu trabalho, fico com os fones, nunca ninguém se queixou da minha limpeza. A primeira vez que eu limpo nessa casa, ele vem e se queixa que não tá bom, porque eu uso celular. Ele pode não gostar na minha limpeza, mas não pode dizer como eu tenho que fazer para limpar, que eu tenho que largar o celular. Ele fica no bolso, eu falo com fone, bem baixinho, ninguém ouve. Eu que sou a doméstica, eu que sei qual melhor forma de limpar (VANESSA, 2015).

São muitos os exemplos sobre as divisões dos espaços. Além das narrativas, há filmes de ficção e documentários que apresentam essas questões. O banheiro da empregada no filme *Histórias Cruzadas* (*The Help* – 2011), que se passa nos Estados Unidos, é um exemplo de como as políticas racialistas dividem pessoas que estão num mesmo espaço de intimidade. Um banheiro de tamanhos mínimos, em madeira (enquanto a casa é em alvenaria), passa a ser construído para que as domésticas não mais usem os mesmos espaços compartilhados pelas casas. As políticas criam leis, mas os micro-poderes, o dia a dia, as mantêm, reiteram-nas e propagam-nas.



FIGURA 12 – O banheiro da empregada no filme *Histórias Cruzadas* (*The Help*)

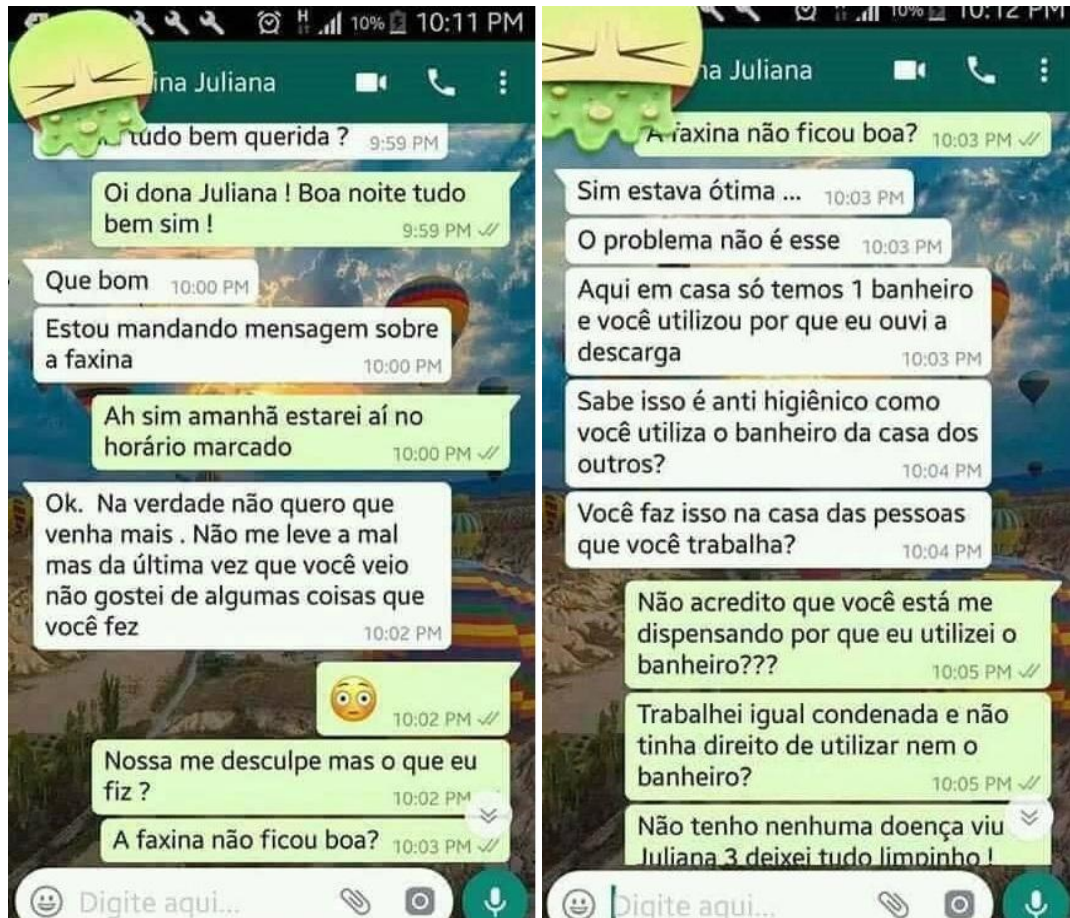
Fonte: HISTÓRIAS CRUZADAS (*The Help* – 2011)



FIGURA 13 – O banheiro da empregada no filme Histórias Cruzadas (The Help)

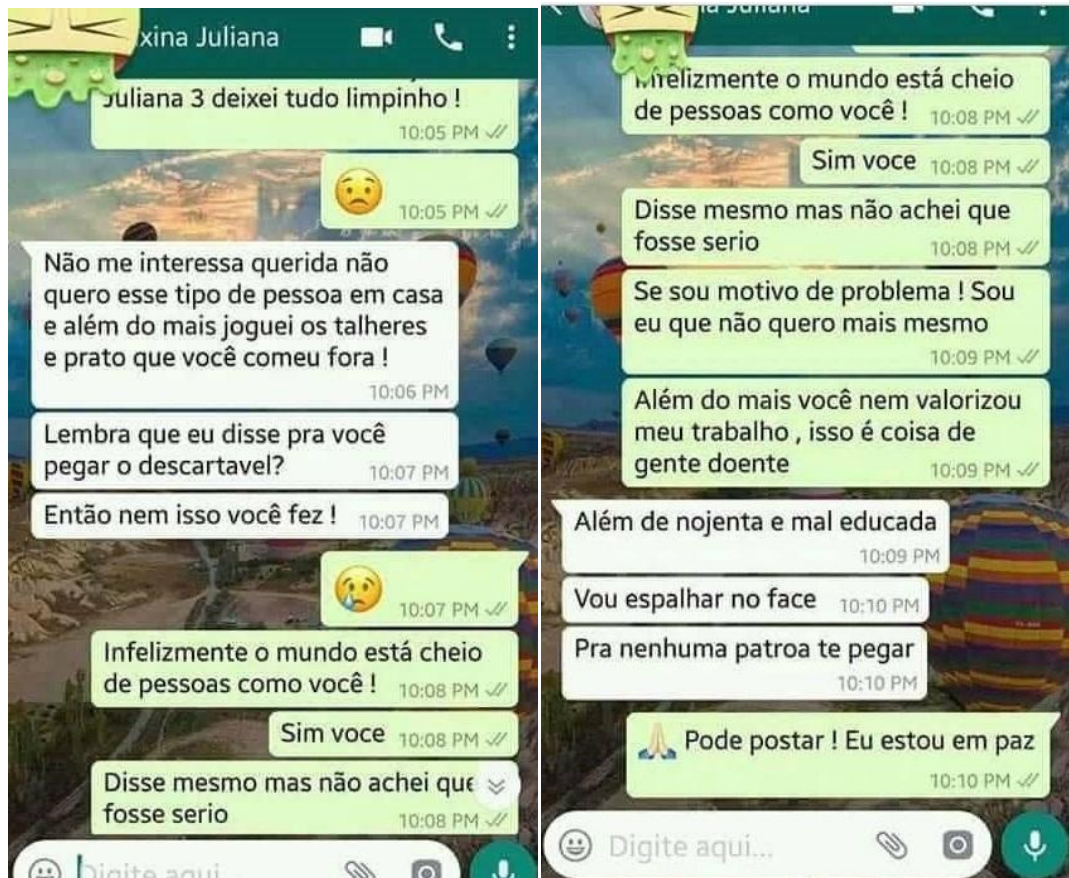
Fonte: HISTÓRIAS CRUZADAS (The Help – 2011)

Um dos exemplos da privação do uso dos espaços impregnado de relações de poder chega ao extremo em um exemplo que circulou nas redes sociais. Além de ter seus trabalhos suspensos, a patroa descartou pratos que foram utilizados pela trabalhadora durante o período de atividades, que podem ser acompanhados na conversa das figuras 14, 15, 16 e 17.



FIGURAS 14 e 15 – Conversa entre trabalhadora doméstica e contratante

Fonte: <http://noticias.band.uol.com.br/noticias/100000887708/empregada-domestica-e-dispensada-por-usar-unico-banheiro-da-casa.html>



FIGURAS 16 e 17 – Conversa entre trabalhadora doméstica e contratante

Fonte: <http://noticias.band.uol.com.br/noticias/100000887708/empregada-domestica-e-dispensada-por-usar-unico-banheiro-da-casa.html>

Não cabe, aqui, julgarmos sobre se as informações eram corretas ou não. Houve quem indicasse, em debates via *Facebook* e *Twitter*, que seriam conversas inventadas. De qualquer maneira, esse tipo de atitude por parte de contratantes não é raro; as redes são utilizadas para denúncias de racismo, de preconceito e de abuso de poder.

O aplicativo “Laudelina” é um dos meios virtuais utilizados para auxiliar as domésticas a conhecerem seus direitos. As movimentações das trabalhadoras, sindicalizadas ou não, têm sido sempre em busca dos direitos com os Sindicatos incentivando que ocorram as denúncias de abusos por parte de contratantes.

As denúncias são entendidas por Ernestina Pereira não só a aplicação dos direitos, mas uma forma de empoderamento das trabalhadoras. Junto a isso, ela, já aposentada, e outras domésticas apontam para algumas formas de resistência diária e empoderamento a partir dos próprios artefatos e vestimentas, o que foi

acompanhado na 2ª oficina realizada pelo MUARAN/GEEUR/Sindicato, já mencionada no capítulo introdutório.

Na criação da logomarca para uso do Sindicato, no âmbito do projeto de extensão O Trabalho Doméstico: Entre o Passado e o Presente, em que elementos materiais do cotidiano foram indicados pelas próprias trabalhadoras como fundamentais para ilustrar a logomarca que as representaria. É uma marca que aparece em banners, eventos, folders, exposições sobre a temática, foi construído conjuntamente entre academia e Sindicato e foi apropriado pelas trabalhadoras. Atentando para o que nos fala Thomas (1999), sobre o mundo material não ser absolutamente separado das relações sociais e que, por meio dele, dá-se sentido ao social, propusemos a criação dessa marca (RODRIGUES, ALFONSO & RIETH, 2017). Por escolha das trabalhadoras, deviam estar presentes algumas especificidades, contemplando artefatos de uso cotidiano dessas trabalhadoras,

bem como a questão da “cor” e a atitude de luta para demonstrar o sinal do empoderamento. Todos os elementos que foram solicitados pelas trabalhadoras estão estampados na imagem: uma mulher com uma gama de tons na pele, representando todas as mulheres que vivem dessa atividade; o lenço na cabeça, mostrando a proteção do cabelo, o cuidado com a higiene pessoal (evitando que produtos decorrentes das tarefas afetem os fios e o couro cabeludo), para além do cuidado de higiene da casa; uniforme para proteção da roupa, em tom lilás, cor dos movimentos feministas; luvas para proteção das mãos; balde, um dos objetos de uso diário no trabalho; e o mais importante: a mão levantada em sinal de empoderamento na luta pelos direitos trabalhistas e das mulheres<sup>45</sup> (RODRIGUES, ALFONSO & RIETH, 2017, p. 21)

---

<sup>45</sup> O lenço é de cor vermelha, o balde, cinza e a luva, amarela – as cores desses elementos foram escolhidas por questões estéticas em conjunto com as trabalhadoras.



Figura 18 – Logomarca do Projeto Sindomésticas / GEEUR / MUARAN (Arte: Simone Ortiz)

Fonte: GEEUR, 2014

Dessa forma, podemos entender que, se há divisão dos espaços, alimentação, vestimentas, como imposição de um sistema opressor, por outro, há movimentos de resistência e empoderamento a partir desses mesmos elementos.

### **3.3.1. O quartinho da empregada – um caso especial**

O espaço conhecido como o quartinho da empregada, talvez seja o ambiente mais simbólico e indicador da segregação social que persiste ainda nos dias de hoje e que toma forma através das relações no trabalho doméstico.

Se por um lado, temos as relações de intimidade que se constituem a partir da intimidade e laços de afeto são criados entre trabalhadora e família contratante,

por outro lado há o distanciamento, as fronteiras que não devem ser ultrapassadas, mantendo explícita a “relação de hierarquia entre chefe e subalterno” (BRITO, s/d, p. 2).

O espaço da empregada é bem delineado, à semelhança da Casa Grande e da Senzala, tem-se “quartinho” e o banheiro projetados para as empregadas, símbolo revelador do seu status, do seu lugar. Como Donna Goldstein (2003, p. 80) descreve, a privada geralmente não tem assento, o chuveiro não tem cortina e a água molha todo o cômodo; o quarto com uma cama pequena é usado para armazenar todo tipo de objetos indesejados e fora de uso da casa (BRITO, s/d, p. 2)

Corroborando com as informações de Brito (s/d) e Goldstein (2003 *apud* BRITO, s/d), os quartinhos em casas de classe média em Pelotas seguem os seguintes padrões: tamanho médio aproximado de 6 a 7 m<sup>2</sup> (onde há todo tipo de objetos da casa sendo guardados, além dos artefatos pessoais da trabalhadora), localizam-se após a cozinha e a lavanderia, na maioria das vezes não têm abertura de ventilação direta para rua e, em alguns casos, não possuem abertura para ventilação<sup>46</sup> e são usados para acumular, passar e secar as roupas dos habitantes da casa.

Apenas para ilustrar essa questão, apresento algumas imagens de filmes. A figura 19 é uma cena do filme *Que Horas Ela Volta?* (2015) e mostra o quartinho com a janela que se abre para o corredor em que se localiza a lavanderia da casa. Uma casa de grandes proporções, com pelo menos quatro dormitórios, mas com o dormitório da empregada em dimensões reduzidas, sem abertura direta para a rua, sem falar que a casa que aparece no filme tem ambiente climatizado, enquanto à doméstica, destina-se apenas um ventilador antigo que praticamente não funciona.

---

<sup>46</sup> Pude observar que em alguns quartinhos, por não possuírem abertura de ventilação, é colocada na porta, uma janela com vidro, podendo a doméstica abri-la para ventilação, ou fechá-la para ter privacidade.



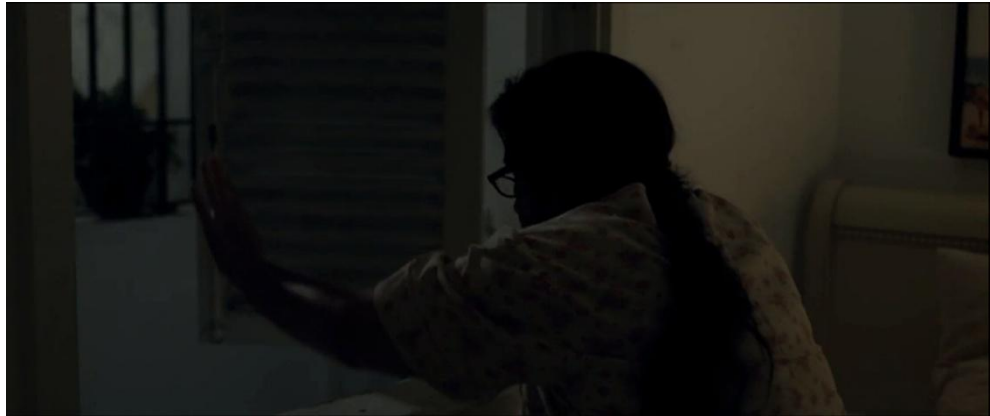


Figura 19 – Quartinho da empregada no filme *Que Horas Ela Volta?* (2015)

Fonte: QUE HORAS ELA VOLTA? (2015)

A figura 20 é uma cena do documentário *Doméstica* (2012) no qual uma das casas que aparecem é um apartamento de classe média, onde o quartinho também fica para além da cozinha e lavanderia e tem um beliche, vários armários, artefatos da doméstica e da casa, num espaço diminuto em que a trabalhadora passa praticamente todos os dias de sua vida.



Figura 20 – Quartinho da empregada no documentário *Doméstica* (2012)

Fonte: DOMÉSTICA (2012)



Figura 21 – Quarto de hóspedes não ocupado pelas pessoas da casa no filme *Que Horas Ela Volta?* (2015)

Fonte: QUE HORAS ELA VOLTA? (2015)

O reduzido tamanho do quartinho da empregada e sua localização é sempre um fator de observação nos estudos sobre a temática (BRITO, s/d; JIMENEZ, 2016). Em contrapartida, como é observado no filme *Que Horas Ela Volta?* (2015), não raro há quartos não ocupados na casa. O quarto de hóspedes, em geral fechado por muito tempo, não é destinado para a trabalhadora, ainda que ela resida na casa.

A localização do quartinho pode ser pensado em dois âmbitos: por um lado, quer-se o distanciamento dos corpos, da pobreza (BRITES, 2007); por outro, ele deve ficar em local de onde de é possível que se mantenha uma certa vigilância sobre a trabalhadora (FOUCAULT, 1987; SYMANKI, 2007) e, ainda, é possível acioná-la quando necessário.

Quando eu era empregada doméstica eu tinha que entrar pela porta de serviço, não usava elevador social, não comia a mesma comida do patrão, a roupa era diferente, a louça era separada pra não pegar doença, a gente era vigiada constantemente pra ver se a gente não ia roubar (Narrativa de sindicalizada durante a 1ª oficina MUARAN/Sindicato, 2014)

Algumas residências de classes altas de Pelotas mantêm casas de motoristas como anexos para além dos jardins internos da casa, ou do pátio. No entanto, o quarto da doméstica continua sendo dentro da casa principal, depois da cozinha, na maioria das edificações.

Dois exemplos de casas de classe média de Pelotas podem ser vistas nas figuras 22, 23, 24 e 25, ambas em uma rua próxima à Avenida Dom Joaquim, anteriormente descrita. A casa 1, apresenta o quartinho com 6 m<sup>2</sup>, com banheiro de 2,04 m<sup>2</sup> (marcados com contorno vermelho). Nesta casa, o quartinho fica para além

da casa, porém o acesso ocorre por porta lateral que fica na lavanderia. Na casa 2, o quartinho fica para além da lavanderia também, mas permanece dentro da casa, tem 7,68 m<sup>2</sup> e o banheiro que o acompanha tem 2,36 m<sup>2</sup>.

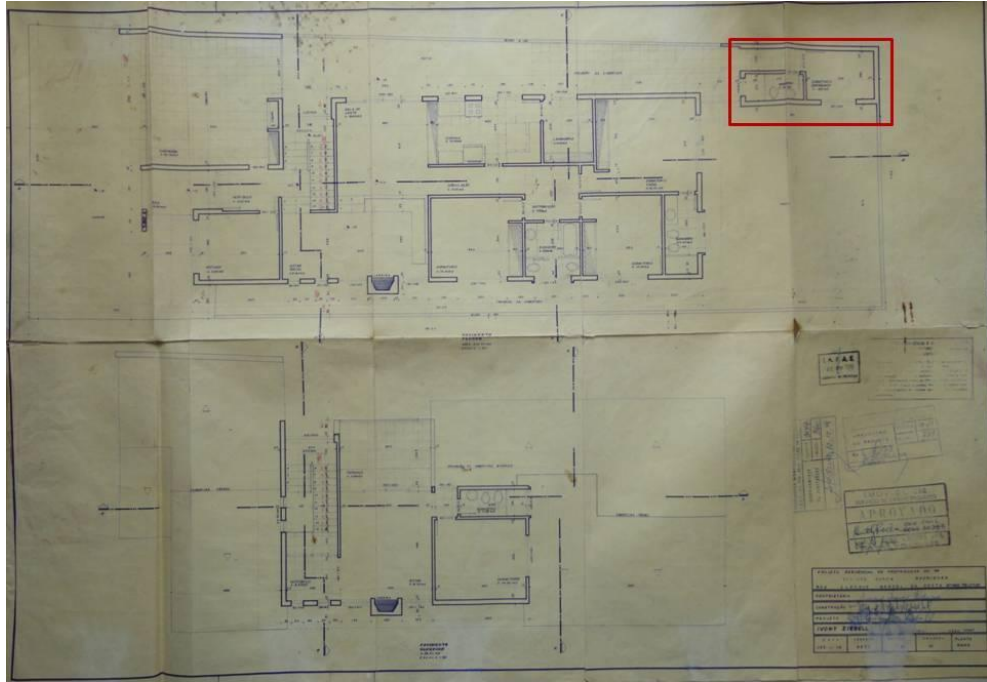


Figura 22 – Casa 1: Localização de edícula onde está o quartinho da empregada e banheiro

Fonte: Foto da autora, 2018.

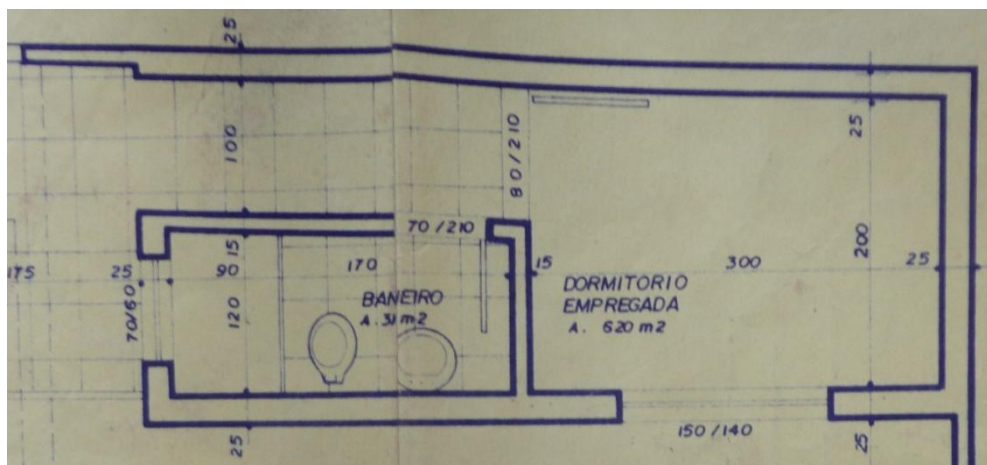


Figura 23 – Casa 1: Medidas do quartinho da empregada e banheiro

Fonte: Foto da autora, 2018

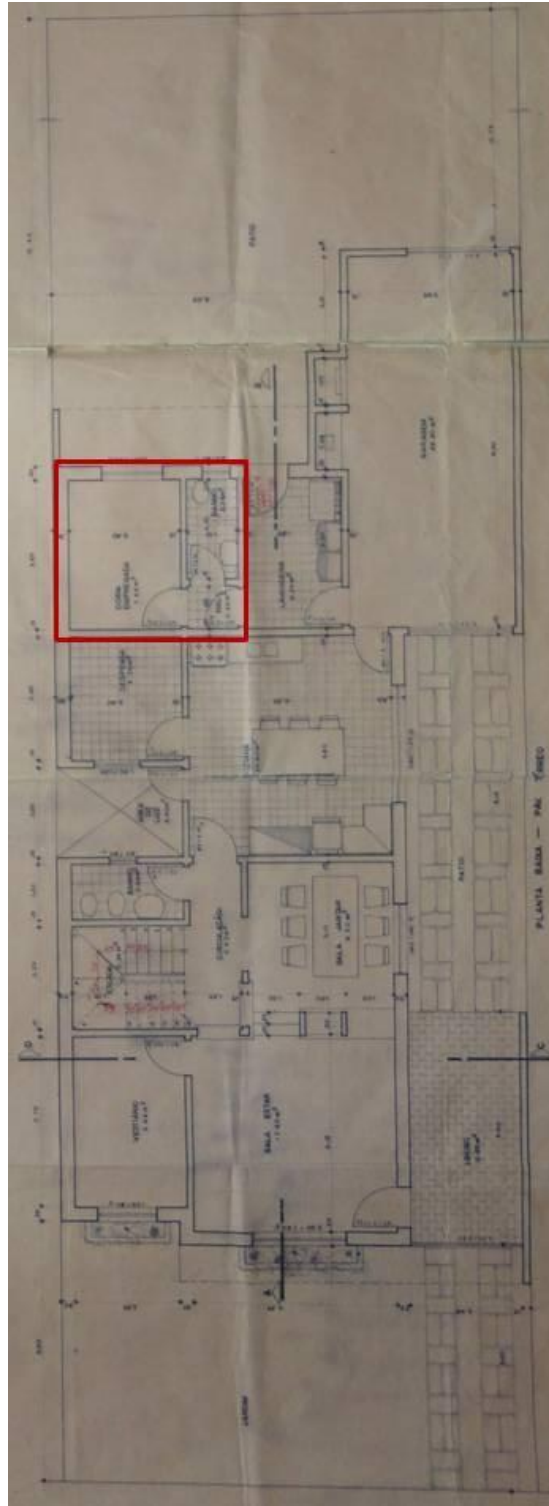


Figura 24 – Casa 2: Localização do quartinho da empregada e banheiro

Fonte: Foto da autora, 2018.

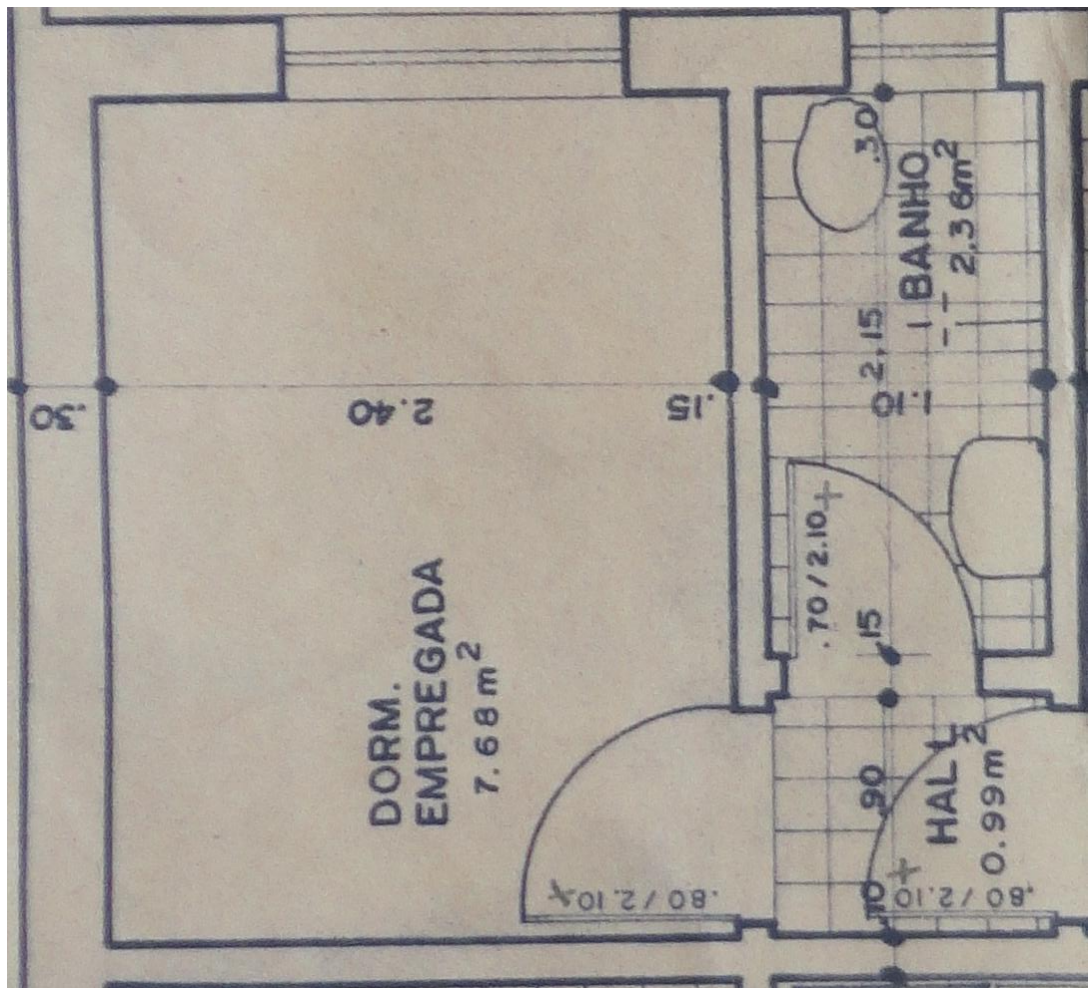


Figura 25 – Casa 2: Medidas do quartinho da empregada e banheiro

Fonte: Foto da autora, 2018

Essas medidas apresentadas são, em geral, as encontradas para esse padrão de casas da classe média em Pelotas. Casa entre 280 m<sup>2</sup> e 400 m<sup>2</sup> de construção, com o quartinho da empregada representando entre 2 e 3% do tamanho total das edificações – salientando que muitas vezes esse espaço precisa conter todos os artefatos das trabalhadoras, com cama, armários, televisão, ventilador, etc.

Além das casas de classe média, busquei algumas informações sobre o Condomínio Cohabpel, um dos marcos na paisagem e na história de Pelotas. Construído onde hoje localiza-se uma zona nobre da cidade, esse condomínio foi idealizado em uma política governamental de investimento em proporcionar às classes populares a aquisição de casa própria, durante fins dos anos 1950 até princípios dos anos 1970. Possui três diferentes Planos: 1, 2 e 3, sendo que apenas

o plano 1, o mais antigo, possui apartamentos de dois e três dormitórios com dependência de empregada.

Esse 1º Plano da Cohabpel foi inaugurado em 1967, coincidindo com a época em que mais mulheres passaram a trabalhar fora de casa e, conseqüentemente, precisavam de alguém que permanecesse na casa, tomando conta das crianças e fazendo a manutenção diária, cozinhando, limpando. Havia um desejo das pessoas em formar família e crescer economicamente, adquirindo imóveis e melhorando a condição de vida<sup>47</sup>

Para dar conta de construir uma dependência de empregada em um tamanho tão já reduzido do imóvel, foi elaborada uma disposição que segue o mesmo padrão estabelecido para a dependência da empregada: ela fica após exatamente em frente à lavanderia, em tamanhos ainda mais diminuídos, com banheiro contendo chuveiro sobre o vaso sanitário.

As dimensões do apartamento de dois dormitórios é de aproximadamente 55 m<sup>2</sup>, com quartinho da empregada contendo 3 m<sup>2</sup>, “cabe só uma cama de solteiro, mas bem certinha, e uma mesinha pequena, tipo de cabeceira do lado” (REJANE VALVERDE, síndica do Plano 1). O banheiro da empregada tem 0,95 x 0,95 m (0,90m<sup>2</sup>), nos moldes já descritos: chuveiro fica sobre o vaso sanitário, sendo quase impossível utilizá-lo. No apartamento de três dormitórios não muda muito o tamanho das dependências: enquanto o tamanho total do imóvel é de 72 m<sup>2</sup>, o quartinho, também localizado em frente à lavanderia, conta com 3,3 m<sup>2</sup> e banheiro também com 0,90 m<sup>2</sup>.

Ambos os apartamentos aparecem nas figuras 26 e 27, sendo que, por falta da planta baixa do condomínio (não existe mais nem no escritório do condomínio, nem no setor responsável pelas liberações de obras na Prefeitura), está sendo usada a planta confeccionada pelo Corpo de Bombeiros para acompanhamento de segurança dos prédios.

---

<sup>47</sup> Informações de moradoras da Cohabpel à autora: Sra. Marly Conceição Calcagno, que foi moradora da Cohabpel entre os anos 1970 e 1980; Sra. Rejane Valente Valverde, atual síndica do Plano 1 e moradora há 18 anos do local; Sra. Maria De Marco, antiga moradora, adquiriu o seu imóvel no condomínio nos anos 1970 e habitou o local até o início dos anos 1980. As conversas com Marly e Rejane ocorreram em maio de 2018. A conversa com Maria, ocorreu em 2013, informalmente, quando ela, mãe de uma amiga da autora, comentou sobre o tamanho do banheiro e contou histórias sobre o antigo apartamento – um dos fatores que me levou a procurar as medidas e plantas baixas do condomínio quando a temática surgiu para pesquisa.

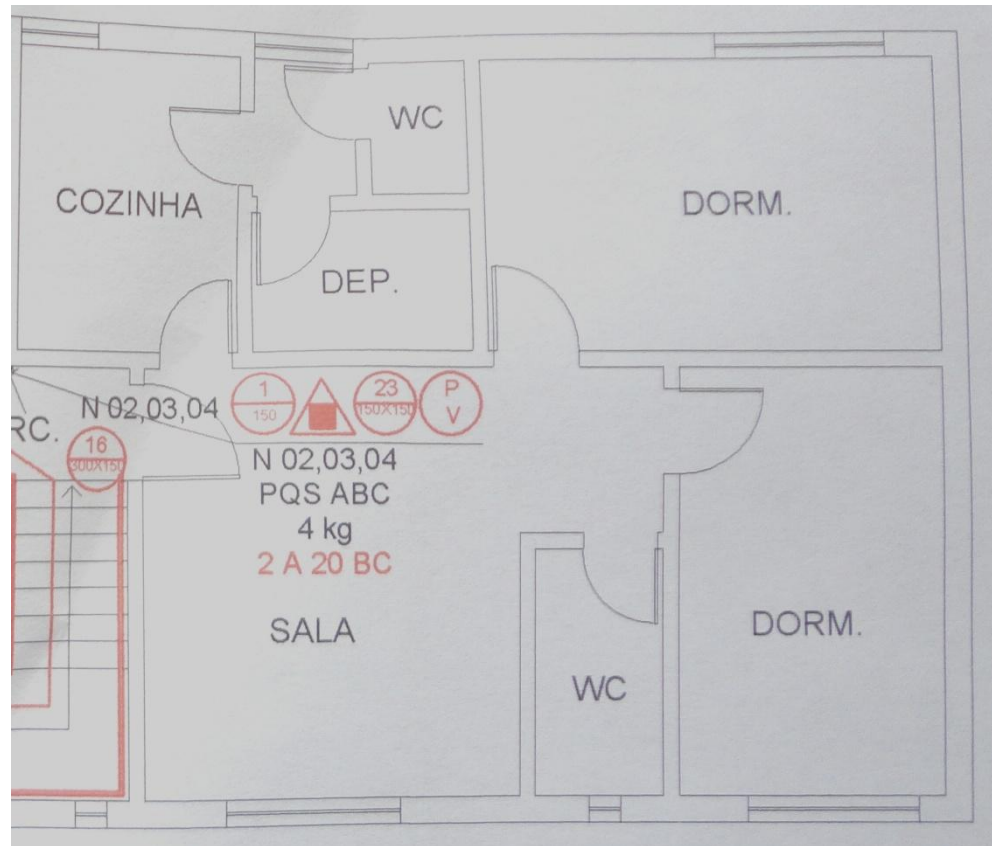


Figura 26 – Planta do apartamento de dois dormitórios do Plano 1 do condomínio Cohabpel

Fonte: Foto da autora, 2018

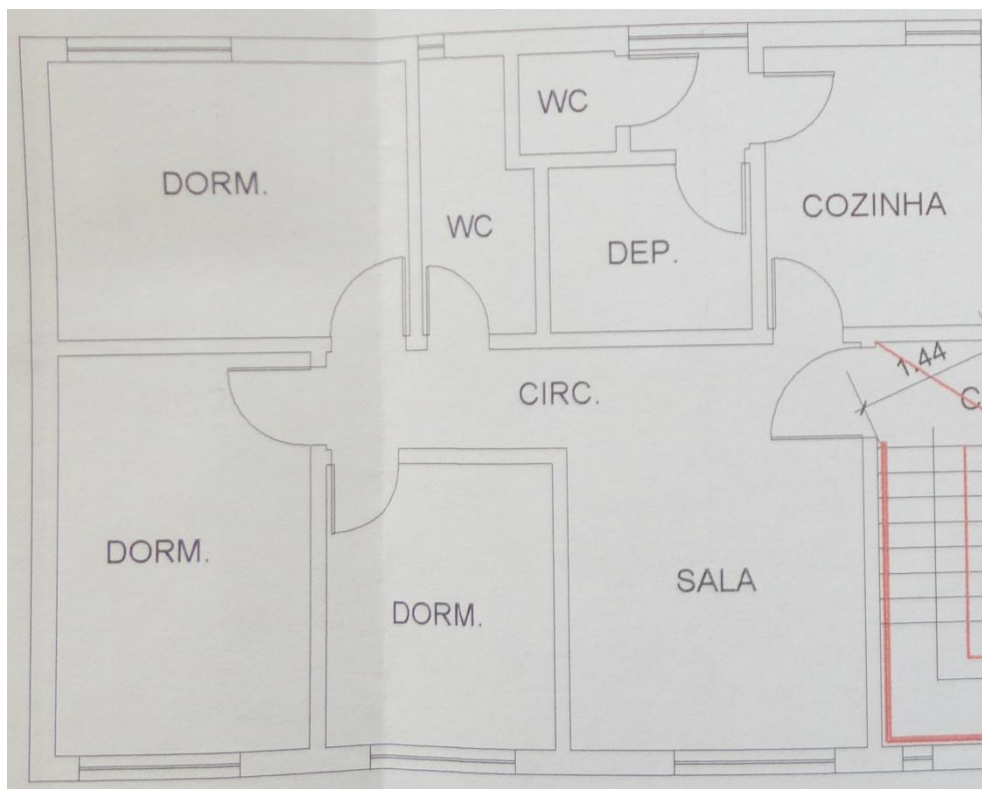


Figura 27 – Planta do apartamento de três dormitórios do Plano 1 do condomínio Cohabpel

Fonte: Foto da autora, 2018

Tomando como exemplo essas distribuições de moradias, acrescidas das informações de outras fontes variadas sobre os tamanhos e localização do quartinho da empregada, podemos entender os espaços como reflexo direto das relações sociais que ocorrem entre trabalhadoras e contratantes.

Da mesma forma como indicam Zarankin & Niro (2008) quando falam em formas de restringir os corpos em espaços, o quartinho é fruto da opressão e repressão, através da imposição de um espaço reduzido em que a trabalhadora deve permanecer enquanto não está circulando pelos outros cômodos da casa em função das atividades de limpeza.

Com as indicações que temos, por relatos, referências, documentos, observações, podemos compreender um pouco mais sobre como a materialidade produz a opressão e, ao mesmo tempo, é produzida por ela.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Gostaria de iniciar as considerações finais reafirmando o que coloco na primeira parte da introdução: chegar ao final deste TCC foi um incômodo, no sentido que me fez, mais que nunca, pensar sobre minha própria inserção como mulher branca com privilégios, nessa nossa sociedade tão opressora. Também, porque me fez perceber que ainda que eu venha tentando produzir conhecimento sobre um tema ainda pouco explorado na arqueologia, a escravidão africana pela perspectiva de gênero, muito provavelmente não tenho feito da maneira correta. Vejo isso como um “bom incômodo”, se é que posso colocar dessa forma, pois quando finalizei principalmente o capítulo 2, imediatamente passei a buscar mais informações sobre intelectuais que trabalham com a branquitude e como é possível trabalhar buscando reflexões que permitam reduzir as desigualdades sem, no entanto, tirar o protagonismo de quem realmente sente o preconceito cotidianamente.

Foi importante perceber essas questões durante o percurso acadêmico e, cada vez mais, minhas aflições antigas sobre a inversão de minha formação me parecem distantes. Continuar no tema com um recorte mais atualizado sobre o trabalho doméstico me fez compreender, ainda mais, como as relações opressoras ainda são reproduzidas muito sobre os moldes escravistas.

Por outro lado, nesses três anos que se passaram depois da defesa de minha dissertação de mestrado, os movimentos de mulheres aumentaram e se popularizaram; intelectuais negras estão sendo mais lidas e ouvidas e vários outros movimentos tomaram força, incluindo os de trabalhadoras domésticas que têm suas lutas mais fortalecidas, devido, em grande parte da aproximação que as redes sociais propiciam. O aplicativo “Laudelina”, páginas no *Facebook*, entre outros meios eletrônicos têm ajudado a reduzir a visão estigmatizada que existe sobre a profissão. Falando sobre resistências, e apenas para não deixar passar uma observação de Ernestina Pereira sobre o filme *Que Horas Ela Volta?*: para ela, o filme mostra uma realidade comum na vida das trabalhadoras brasileiras, no entanto, a submissão

excessiva da personagem trabalhadora não representa os movimentos de resistência, nem a realidade de comportamento dessas mulheres. Para ela, o filme apresentou vários elementos reais, porém à doméstica foi relegado um papel caricato, exagerando na passividade com que se entendem as relações.

As permanências da escravidão estão presentes no trabalho doméstico atual, como tem sido constantemente falado. As questões de raça, classe e gênero permeiam todo o universo do trabalho doméstico, e os movimentos de invisibilização permanecem na sociedade, oprimindo essas mulheres, em que pese todo o esforço de trazidos pelas conquistas legais e institucionais da profissão. Há muito a ser mudado ainda e, novamente, podemos pensar como Brites & Fonseca (2007), quando indicam trocar a ideia de “limpeza da sujeira”, por “cuidado com as pessoas da casa”. O cuidado com a casa e as pessoas, parece ainda ser uma forma de iniciar as minimizações das distâncias existentes.

A materialidade está inteiramente imersa nas relações sociais, intermediando, produzindo e sendo produzida por elas e os olhares interdisciplinares voltados para a cultura material têm sido um meio de compreensão dessas relações. É imprescindível que a Arqueologia, cada vez mais, perceba a importância dessa interdisciplinaridade. A partir desses olhares sobre as fontes apresentadas ao longo do texto, anúncios, plantas baixas, mapas, fotos, juntamente com as narrativas e observação etnográfica, é possível compreender um pouco mais as permanências para as quais temos apontado.

Considerando, então, que a materialidade pode reafirmar lugares sociais, inverter esses lugares e pode desvelar interações para as quais não se tem voltado as atenções, entendo a importância dessas fontes para contribuir nos debates sobre raça, gênero e classe e revelar questões que nem sempre são explícitas nas relações humanas.

Apesar das conquistas de direitos na contemporaneidade, com as lutas e movimentos de resistência, ainda podemos localizar as opressões que recaem sobre as trabalhadoras domésticas. Sem que se mude o pensamento hegemônico e a ideia de branquitude, não há como esperar que as desigualdades se rompam ou diminuam.

## REFERÊNCIAS

AL-ALAM, Caiuá C. **A Negra Força da Princesa: polícia, pena de morte e correção em Pelotas (1830-1857)**. Pelotas: Edição do autor; Sebo Icária, 2008.

ARRIADA, Eduardo. **Pelotas: Gênese e Desenvolvimento Urbano (1780 – 1835)**. Pelotas: Armazém Literário, 1994.

AZEVEDO, Celia Maria M. de. **Onda Negra, Medo Branco: o negro no imaginário das elites – século XIX**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BATTLE-BAPTISTE, Whitney. **Black Feminist Archaeology**. Walnut Creek/CA-USA: Left Coast Press, 2011.

BEAUDRY, Mary C.; COOK, Lauren J.; MROZOWSKI, Stephen A. Artefatos e vozes ativas: cultura material como discurso social. **Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**. v. 1, n. 2, p. 73-113, jul-dez 2007.

BOURDIEU, Pierre. Efeitos do Lugar. In: \_\_\_\_\_(Org.). **Miséria do Mundo**. Petrópolis: Vozes, p.159-166, 1997.

BRASIL, **Emenda Constitucional nº 72**, de 02 de abril de 2013. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/emendas/emc/emc72.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc72.htm) Acesso em 20 de jul de 2018.

BRASIL, **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8069/90 | Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Disponível em: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/91764/estatuto-da-crianca-e-do-adolescente-lei-8069-90> Acesso em: 01 de jul de 2018.

BRASIL, Lei Complementar nº 150, de 1º de junho de 2015. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp150.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp150.htm) Acesso em 20 de jul de 2018.

BRITES, Jurema. Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores. **Cadernos Pagu**. n. 29, p. 91-109, Jul-dez/2007.

BRITES, Jurema; FONSECA, Claudia. Cuidados profesionales en el espacio doméstico: algunas reflexiones desde Brasil: dialogo entre Jurema Brites e Claudia Fonseca. **Íconos – Revista de Ciencias Sociales**. Quito: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales – Sede Académica de Ecuador, n. 50, p. 163- 174, setembro/2014.

BRITO, Marcelo. **Empregadas domésticas: intimidade e distanciamento nas relações de trabalho**. Montes Claros: UNIMONTES s/d. (Dissertação isolada para a disciplina de Pensamento sociocultural nas Américas) Disponível em: [http://unimontes.br/arquivos/2012/geografia\\_ixerg/eixo\\_politica\\_meio\\_ambiente/empr egadas\\_domesticas\\_intimidade\\_e\\_distanciamento\\_nas\\_relacoes\\_de\\_trabalho.pdf](http://unimontes.br/arquivos/2012/geografia_ixerg/eixo_politica_meio_ambiente/empr egadas_domesticas_intimidade_e_distanciamento_nas_relacoes_de_trabalho.pdf)  
Acesso em: 21 de jan de 2015.

CANDIOTA, Helena dos S. **Empregadas domésticas: identidade e imagem – uma etnografia no Sindicato de Trabalhadores Domésticos de Pelotas**. 2010. 56 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) – Instituto de Filosofia, Sociologia e Política, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2010.

COSTA, Ana Paula do A. **Criados de servir: estratégias de sobrevivência na cidade do Rio Grande (1880 – 1894)**. 2013. 174 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013.

COSTA, Ana Paula do A. Trabalhadores do setor doméstico na cidade do Rio Grande. **Cadernos do LEPAARQ**. UFPEL, v. 11, n. 22, p. 407-414, 2014.

COLLIER Jr. John. **Antropologia Visual: a fotografia como método de pesquisa**. São Paulo: EPU/EUSP, 1973.

DAVIS, Angela. **Mulheres, classe e raça**. São Paulo: Boitempo, 2016.

DIAS, Maria Odila. Resistir e sobreviver. In: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana M. (orgs). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 360-381.

DIEESE – Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Econômicos. **Trabalho Doméstico Remunerado – síntese de resultados apurados em 2017 – SPED/Sistema de Pesquisa de Emprego e Desemprego (abril/2018)**. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/analiseped/2018/2018empreDomSINTMET.html>>  
Acesso em: 23 de maio de 2018.

**DOMÉSTICA**. Filme - Documentário. Direção: Gabriel Mascaro. Brasil, 2012. Vídeo (75 min).

FERREIRA, Lúcio M. **O Pampa Negro: Arqueologia da Escravidão na Região Meridional do Rio Grande do Sul (1780-1888)**. Projeto de Pesquisa. Pelotas: UFPEL, 2009

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

FUNARI, Pedro P. **Arqueologia**. São Paulo: Contexto, 2010.

GALLOWAY, Patricia. Material Culture and Text: Exploring the Spacen Within and Between. In: HALL, Martin; SILLIMAN, Stephen W. **Historical Archaeology**. USA, UK & Australia: Blackwell Publishing Ltd, 2006, p. 42-64.

GÓES, José Roberto de; FLORENTINO, Manolo. Crianças escravas, crianças dos escravos. In: PRIORE, Mary Del. **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000, p. 178-191.

GOOGLE MAPS. Disponível em <https://www.google.com.br/maps> Acesso em 01 de jul de 2018.

GREGOLETTO, Débora. Cidades Médias e Verticalização Urbana no Rio Grande do Sul. Apresentação de Trabalho. **XVII ENANPUR**. São Paulo, 2017. Disponível em: [http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR\\_Anais/ST\\_Sessoes\\_Tematicas/ST%203/ST%203.10/ST%203.10-03.pdf](http://anpur.org.br/xviienanpur/principal/publicacoes/XVII.ENANPUR_Anais/ST_Sessoes_Tematicas/ST%203/ST%203.10/ST%203.10-03.pdf) Acesso em 27 de julho de 2018.

GUTIERREZ, Ester Judite B. **Negros Charqueadas e Olarias: um estudo sobre o espaço pelotense**. 3ª ed. Passo Fundo: Ed. da UPF, 2011.

HICKS, Dan; BEAUDRY, Mary C. (Org.). **The Oxford Handbook of Material Culture Studies**. Oxford: Oxford University Press, 2010.

**HISTÓRIAS CRUZADAS (The Help)**. Filme – Ficção. Direção: Tate Taylor. Emirados Árabes, Estados Unidos da América, Índia. 2011. Vídeo (146 min).

HOOKS, Bell. Mujeres negras: dar forma a la teoria feminista. In: \_\_\_\_\_; BRAH, Avtar; SANDOVAL, Chela; Anzaldúa, Gloria (Orgs.). **Otras inapropiables: feminismos desde las fronteras, Madrid, Traficantes de Sueños**. p. 33-50, 1984/2004. Disponível em: <http://www.marxists.org/espanol/tematica/mujer/autores/hooks/1984/001.htm> Acesso em 09 de set de 2014.

JIMENEZ, Maria Luisa J. **Domésticas: cotidianos na comensalidade**. 2016. 150 f. Dissertação (Mestrado em Estudos de Cultura Contemporânea) – Instituto de Linguagens, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2016.

KOFES, Maria Suely. **Mulher, mulheres: diferença e identidade nas armadilhas da igualdade e desigualdade: interação e relação entre patroas e empregadas domésticas**. 1990. 450 f. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

LATOUR, Bruno. **Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1994.

LIMA, Tânia A. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi**. Ciências Humanas, Belém, v. 6, n. 1, p. 11-23, 2011.

MACIEL, Letícia N. **Uma abordagem arqueológica sobre os cortiços pelotenses entre os séculos XIX e XX**. 2014. 51 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Antropologia – Linha de Formação em Arqueologia) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

MAESTRI, Mário José. **O Escravo no Rio Grande do Sul: a charqueada e a gênese do escravismo gaúcho**. Porto Alegre: EST (Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes); Editora da Universidade de Caxias do Sul, 1984.

MAGALHÃES, Mário Osório. Pelotas: Origem e Apogeu. In: RIETH, et al. **Inventário Nacional de Referências Culturais – Lidas Campeiras na Região de Bagé/RS**. V. 1. Pelotas: Complexo Criativo Flor de Tuna, 2013.

NEPOMUCENO, Bebel. Protagonismo Ignorado. In: PINSKY, Carla B.; PEDRO, Joana M. (orgs). **Nova História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013, p. 382-409.

ORSER Jr., Charles O. The Archaeology of Poverty and the Poverty of Archaeology. In: **International Journal of Historical Archaeology**, p.533-543, 2011.

PAIXÃO, Marcelo; GOMES, Flavio. Histórias das diferenças e das desigualdades revisitadas: notas sobre gênero, escravidão, raça e pós-emancipação. In: XAVIER, Giovanna; FARIAS, Juliana B.; GOMES, Flavio (orgs). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012. p. 297-313..

PAULA, Marise V. de. De escrava à empregada doméstica: o fenômeno da (in) visibilidade das mulheres negras. **Revista Latino-americana de geografia e Gênero**. Ponta Grossa, v. 3, n. 2, p. 155-164, ago-dez/2012.

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS**. Pelotas em dados. Disponível em <http://www.pelotas.com.br/cidade/dados-gerais> Acesso em 01 de jul de 2018 (2018).

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS**. Mapa Urbano Cadastral. Disponível em [http://server.pelotas.com.br/servicos/inc/arquivos/MAPA\\_URBANO\\_CADASTRAL\\_2\\_012.pdf](http://server.pelotas.com.br/servicos/inc/arquivos/MAPA_URBANO_CADASTRAL_2_012.pdf) Acesso em 27 de julho de 2018 (2018a).

**QUE HORAS ELA VOLTA?** Filme - Ficção. Direção: Anna Muylaert, Brasil, 2015, vídeo (114 min).

REIS, Adriana D. Mulheres “Afro-descendentes” na Bahia: gênero, cor e mobilidade social (1780-1830). In: XAVIER, Giovanna; FARIAS, Juliana B.; GOMES, Flavio (orgs). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012. p. 24-34.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2017.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RODRIGUES, Marta B. **“A vida é um jogo para quem tem ancas”:** uma arqueologia documental sobre mulheres escravas domésticas em Pelotas/RS no século XIX. 2015. 208 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia – Área de Concentração em Arqueologia) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

RODRIGUES, Marta B.; ALFONSO, Louise P. O Trabalho Doméstico entre o Passado e o Presente. II Congresso de Extensão e Cultura – CEC – da Semana Integrada de Ensino, Pesquisa e Extensão/UFPEL. **Anais do II Congresso de Extensão e Cultura da UFPel**, Pelotas, v. 7, p. 34-37, 2015.

RODRIGUES, Marta B.; ALFONSO, Louise P.; RIETH, Flávia Maria S. Ações Participativas com Trabalhadoras Domésticas: Fomentando debates para visibilizar a profissão desde o passado escravista até a atualidade em Pelotas/RS. **Cadernos de Gênero e Diversidade**. v. 1, n. 4, p. 8-29, out-dez/2017.

ROSA, Estefânia J. da. **Paisagens Negras: arqueologia da escravidão nas charqueadas de Pelotas (RS, Brasil)**. 2012. 199 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural) – Programa de Pós- Graduação em memória Social e Patrimônio Cultural, Universidade Federal e Pelotas, 2012.

SANTOS, Roberto dos. O negro no Rio Grande do Sul: Uma realidade além do mito. In: TRIUMPHO, Vera. **Rio Grande do Sul: Aspectos da Negritude**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1991. p. 131-142.

SCARANO, Julita. Criança esquecida das Minas Gerais. In: PRIORE, Mary Del. **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000. p. 108-136.

SCHUCMAN, Lia V. **Entre o “encardido”, o “branco” e o “branquíssimo”: raça, hierarquia e poder na construção da branquitude paulistana**. 2012. 122 f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SCHUCMAN, Lia V. Palestra. Por que queremos olhos azuis. **Mulheres que inspiram**. TEDx São Paulo x = independent organized TED event. São Paulo. Vídeo (13:47 min.). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EC-lywB3dEA> (Publicado em 4 de jan de 2017). Acesso em: 24 de maio de 2018.

SENATORE, María Ximena; ZARANKIN, Andrés. Leituras da Sociedade Moderna – Cultura Material, Discursos e Práticas. In: \_\_\_\_\_ (Orgs). **Arqueologia da Sociedade Moderna na América do Sul: Cultura Material, Discursos e Práticas**. Buenos Aires: Ediciones Del Tridente, 2002, p. 5-18.

SILVA, Antônio A. M. da. **Amamentação: fardo ou desejo? Estudo histórico-social dos saberes e práticas sobre o aleitamento na sociedade brasileira**. 1990. 236 f. Dissertação (Mestrado em Medicina Social – Área de Concentração em Medicina Preventiva) – Faculdade de Medicina de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 1990.

SILVA, Maciel H. **Nem mãe preta, nem negra fulô – histórias de trabalhadoras domésticas em Recife e Salvador (1870-1910)**. Jundiaí: Paco Editorial, 2016.

SILVA, Maysa Luana. **Trabalho doméstico: direitos e resistência política entre atravessamentos da atuação sindical e sistema jurídico no Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Pelotas, RS**. 2017. 112 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Antropologia – Linha de Formação em Antropologia Social e Cultural) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017.

SIMÃO, Ana Regina F. **Resistência e acomodação: a escravidão urbana em Pelotas, RS (1812-1850)**. Passo Fundo: UPF, 2002.

SOUZA, Flavia F. Escravas do Lar: as mulheres negras e o trabalho doméstico na corte imperial. In: XAVIER, Giovanna; FARIAS, Juliana B.; GOMES, Flavio (orgs). **Mulheres negras no Brasil escravista e do pós-emancipação**. São Paulo: Selo Negro, 2012, p. 244-260.

SOUZA, Marcos André Torres de. Uma outra escravidão: a paisagem social no Engenho de São Joaquim, Goiás. **Vestígios – Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**. Belo Horizonte: v. 1, n. 1, p. 59-92, jan-jun/2007.

SYMANSKI, Luís Cláudio P.; SOUZA, Marcos André Torres de. O registro arqueológico dos grupos escravos: questões de visibilidade e preservação. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)**. n. 33, p. 215-243, 2007.

TELLES, Lorena F. S. **Libertas entre sobrados – a ligação da escravidão com o trabalhador doméstico em SP**. 2011, 197 f. Dissertação (Mestrado em História Social) - Departamento de História, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

THIESEN, Beatriz V.; MOLET, Claudia D., KUNIOCHI, Márcia N. Charqueada e escravidão em Rio Grande. In: **5º Encontro Escravidão e Liberdade no Brasil Meridional**. Porto Alegre, maio/2011. Disponível em: <  
[http://www.escravidaoliberalidade.com.br/site/images/Textos5/thiessen%20beatriz%20Ovaladao\\_%20molet%20claudia%20daiane%20e%20kuniochi%20marcia%20naomi.pdf](http://www.escravidaoliberalidade.com.br/site/images/Textos5/thiessen%20beatriz%20Ovaladao_%20molet%20claudia%20daiane%20e%20kuniochi%20marcia%20naomi.pdf)> Acesso em: 14 de dez de 2014.

THOMAS, Julian. A materialidade e o social. **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. São Paulo, suplemento 3, p. 15-20, 1999.

UOL. Notícias da redação. **Empregada doméstica é dispensada por usar o único banheiro da casa**. Disponível em <http://noticias.band.uol.com.br/noticias/100000887708/empregada-domestica-e-dispensada-por-usar-unico-banheiro-da-casa.html> Acesso em 28 de Nov de 2017.

VOSS, Barbara L. Image, Text, Object: Interpreting Documents and Artifacts as 'Labors of Representation'. **Historical Archaeology**, v. 4, n. 4, p. 147-17, Feb/2006.

ZARANKIN, Andrés; NIRO, Claudio. A materialização do sadismo: arqueologia da arquitetura dos Centros Clandestinos de Detenção da ditadura militar argentina (1976-83). In: FUNARI, Pedro Paulo A.; ZARANKIN, Andrés; REIS, José A. dos (Orgs.). **Arqueologia da repressão e as resistências – América Latina na era das ditaduras (décadas de 1960-1980)**. São Paulo: Annablume; FAPESP, 2008. p. 183-210.

## FONTES PRIMÁRIAS

**Arquivo Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense (BPP) – (Fundo: Hemeroteca - Jornais encadernados por semestre)**



*Jornal A Nação* – jan a dez/1883.

*Jornal do Commercio* – jan a dez/1876; jan a dez/1879; jan a dez/1880.

*Jornal Onze de Junho* – abril a dez/1888.

## **REGISTROS ORAIS**

Áudio gravado durante as oficinas realizadas pelo MUIARAN (UFPEL) em parceria com GEEUR (UFPEL) e Sindicato das Trabalhadoras Domésticas de Pelotas, em 21 de setembro e 07 de dezembro de 2014 (Organização e elaboração das oficinas: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Louise Prado Alfonso, Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Flávia Maria Rieth, MSc. Marta Bonow Rodrigues e Prof<sup>a</sup> MSc. Liza Bilhalva) – transcrição realizada por Karollina Mendes de Magalhães, Johan Fonseca Lose e Beatrice Gervazzi -bolsistas do MUIARAN, em dez/2014 e jan/2015).

EVA CASTRO, entrevista concedida à autora, Pelotas/RS, 28/out/2018. Transcrição da autora.

GISA SOARES DE FREITAS – YIÁ GISA D'OXALÁ, entrevista concedida à autora, Pelotas/RS, 06/out/2015. Transcrição da autora.

JANDIRA, tia de Gisa Soares de Freitas, entrevista concedida à autora, Pelotas/RS, 06/out/2015. Transcrição da autora.

LUZIA REIS PINTO, entrevista concedida à autora, Pelotas/RS, 1º/12/2016. Transcrição da autora.

REJANE REIS – YIÁ REJANE DE YEMANJÁ, entrevista concedida à autora, Pelotas/RS, 30/jun/2015. Transcrição da autora.

REJANE REIS – YIÁ REJANE DE YEMANJÁ, entrevista concedida à autora, Pelotas/RS, 16/nov/2016. Transcrição da autora.

VANESSA GURA RODRIGUES, entrevista concedida à autora, Pelotas/RS, 31/out/2015. Transcrição da autora.

**ANEXO**

**Anexo 1** – Lista dos endereços dos comerciantes de escravos e os endereços correspondentes atuais (compilado de RODRIGUES, 2015, p. 197 – 199. Anexo 2).

NÚMERO	ENDEREÇO	ENDEREÇO ATUAL
1	Praça General Câmara – Rua Conde D'Eu	Parque Dom Antônio Zattera / Av. Bento Gonçalves
2	Rua 3 de Fevereiro	Rua Major Cícero Góes Monteiro
3	Rua 18 de Julho	Rua Dr. Cassiano
4	Rua dos Voluntários	Rua Voluntários
5	Rua da Palma / Rua General Netto	Rua General Netto
6	Rua 7 de Setembro	Rua 7 de Setembro
7	Rua São Jeronymo	Rua Marechal Floriano
8	Rua Riachuelo	Rua Lobo da Costa
9	Rua 24 de Outubro	Rua Tiradentes
10	Rua de São José	Rua General Teles
11	Praça da Constituição	(MAPA: está a atual Praça 20 de Setembro, que fica nas proximidades da antiga P. da Constituição)
12	Rua Sta Barbara	Rua Marechal Deodoro
13	Rua General Osório	Rua General Osório
14	Rua das Flores / Rua Andrade Neves	Rua Andrade Neves
15	Rua de São Miguel	Rua Quinze de Novembro
16	Praça da Igreja (ou Praça da Matriz)	Praça José Bonifácio
17	Praça Pedro II (Também conhecida por Praça Municipal)	Praça Coronel Pedro Osório
18	Rua da Igreja / Rua General Victorino	Rua Padre Anchieta
19	Rua do Commercio / Rua do Imperador	Rua Félix da Cunha
	Estrada do Fragata (acima da lomba)	(estrada que comunicava Pelotas com a região da Campanha – próxima ao antigo Arroio Santa Bárbara)

Fontes: MAGALHÃES, 2000; DEVANTIER & SANTOS, 2011; ALMEIDA, 2012; BAÚ LEONENSE, 2015